

RESUMO

Este estudo de caso se propõe a reconstituir o processo de negociação entre, por um lado, a Prefeitura de Santo André e agentes sócio-políticos locais (ONGs, Partidos, movimentos populares, associações de bairro, etc.) e, por outro, a empresa RR Power Ventures, subsidiária da Rolls Royce, tendo em vista a instalação de uma usina termo-elétrica naquela cidade, em meados do ano 2000. Pretendemos extrair desta experiência orientações de como os agentes locais, especialmente as prefeituras, poderiam negociar e o que exatamente poderia ser demandado das empresas.

PALAVRAS-CHAVE

Participação popular; Sociologia empresarial.

ABSTRACT

This case study analyses the process of bargain between, on one side, the Santo André major and the local agents (NGOs, political parties, social movements, etc.) and, on the other side, the RR Power Ventures. In 2000, this firm decided to construct a termo electric plant in that city and this stated a local process of bargain. This case could make suggestions about how negotiation policies might be modified to better effect.

KEY WORDS

Popular participation; Sociology of firms.

AGRADECIMENTOS E ESCLARECIMENTOS

Esta pesquisa contou com o apoio imprescindível do meu monitor, Fernando Lara e do engenheiro e amigo, Luís Otávio A. Maia.

Agradeço, também à Judith Tandler, às suas lúcidas considerações, às quais, infelizmente, não puderam ser incorporadas e esclarecidas na conclusão deste trabalho. Isto porque a tragédia ocorrida no início de 2002, o assassinato do então prefeito Celso Daniel impôs um fim abrupto a este projeto. Nada fácil foi sua finalização, dadas as mudanças ocorridas na administração municipal e as decorrentes dificuldades para a coleta de dados, ainda que até o final, eu tenha contado com a boa vontade de todos.

SUMÁRIO

I.	Introdução	4
II.	Metodologia	7
III.	O contexto da negociação	8
	1. A crise desencadeada pela desindustrialização	8
	2. A resposta à crise – a criação do Consórcio e da Câmara do ABC	11
	3. A chegada de novos investimentos estrangeiros.....	16
IV.	A experiência da RR em Santo André.....	18
	1. A vinda da empresa para o Brasil	19
	2. A abertura do processo de negociação	19
	3. O papel da Prefeitura e do Executivo Municipal	21
V.	A mobilização local	22
	1. A presença dos vereadores.....	25
	2. A excursão para Londres – da RR para o túmulo de Marx	27
	3. O estilo da negociação.....	27
	4. O que foi demandado.....	29
	5. A contrapartida.....	30
VI.	Conclusão.....	34
VII.	Bibliografia	42
VIII.	Anexos	45
	1. Breve histórico da Rolls Royce.....	46
	2. Pesquisa no Jornal Diário do Grande ABC	48
	3. O PT e a guerra fiscal	76

O QUE E COMO NEGOCIAR COM UMA EMPRESA*

Ana Cristina Braga Martes

I. INTRODUÇÃO

Este estudo de caso teve por objetivo reconstituir o processo de negociação entre, por um lado, a Prefeitura de Santo André e agentes locais e, por outro, a empresa Capuava Cogeração Ltda. Esta empresa é uma Sociedade de Propósito Específico (Special Purpose Company, SPC,) pertencente à Rolls-Royce Power Ventures (RRPV), Produtor Independente de Energia (Independent Power Producer, IPP)¹ do grupo Rolls-Royce. Esta negociação tinha em vista a instalação de uma usina termelétrica naquela cidade, ao longo de 2000 e 2001. Pretendíamos extrair desta experiência orientações de como os agentes locais, especialmente as prefeituras, poderiam negociar e o que exatamente poderia ser demandado de novas empresas que desejam se instalar nos municípios brasileiros.

O projeto da RRPV² em Santo André prevê a construção de uma usina de cogeração (geração simultânea de energia elétrica e vapor d'água) dentro da empresa Petroquímica União (PQU) que, por sua vez, foi privatizada em 1992. Isto porque no final da década de 90, PQU decidiu que, para se manter competitiva, ela precisaria obter vapor de maneira mais econômica, instalando uma usina de cogeração. Com a cogeração, o vapor d'água é obtido como sub-produto da geração de energia elétrica sendo, assim, mais barato. Também nesse processo, a PQU

* O NPP agradece ao aluno que participou da pesquisa que originou o presente relatório como monitor de pesquisas, Fernando Egidio Antunes Lara.

¹ A IPP surgiu nos USA, na década de 70, e ganhou proeminência nas décadas seguintes, com a privatização e desregulação da produção de energia.

² A RR atua em 5 continentes, tem mais 20 usinas pelo mundo. Tendo surgido neste ramo em 94 é, atualmente, considerada uma empresa de pequeno porte no ramo.

decidiu não investir na instalação e operação de uma usina própria, mas contratar um Produtor Independente de Energia para desenvolver o projeto, investir na construção da usina, operá-la e vender o vapor para ela e vender a energia elétrica para o mercado. Como vencedora da concorrência aberta pela PQU, a RRPV veio, então, para o Brasil no início de 1998. O valor total da usina é de 130 milhões de dólares.

A prefeitura de Santo André, caminhando no sentido oposto aquele promovido pela chamada guerra fiscal, elaborou uma política de contrapartida formal a ser apresentada às empresas que pretendem se instalar no local.

No caso desta empresa, existe uma legislação específica determinando compensações ambientais para empreendimentos potencialmente poluentes. Assim, para que a Capuava Cogeração pudesse se instalar na cidade, a empresa teve que necessariamente entrar num processo de negociação com a Prefeitura. Para levar adiante o projeto, a empresa contratou uma consultoria na área de comunicação, para, inicialmente, levantar os potenciais interlocutores locais. Após 2 meses de contatos, a empresa elaborou uma proposta a ser apresentada à comunidade, em audiência pública, marcada pelo CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). A realização desta audiência é parte oficial do processo para licenciamento ambiental. Na audiência, realizada em 15 de março de 2001, estavam presentes cerca de 500 pessoas, com destaque para os moradores do bairro, representantes do Green Peace, do Partido Verde e sindicato dos petroleiros (o dos eletricitários não compareceu). Duas semanas depois, foi realizada audiência pública na cidade de Mauá, uma vez que a usina pretende se instalar numa zona de fronteira entre os dois municípios.

Como resultado das negociações, a empresa se dispôs a conceder uma série de benefícios que somam um valor de R\$ 1,25 milhão para o município de Santo André; R\$ 1,25 milhão para o município de Mauá; e R\$ 1,25 milhão para o estado de São Paulo. Recentemente o estado de SP impôs um valor equivalente a 2% do

custo da instalação. A usina irá gerar, segundo seus próprios cálculos, 600 novos postos de trabalho durante sua construção (depois de construída, apenas 40) e irá pagar 67 milhões por ano de impostos.

Este caso, portanto, apresenta um tipo de atuação do governo local que vai, justamente, no sentido oposto à da grande maioria dos estados e municípios brasileiros, que tem procurando atrair novos investimentos através da concessão de benefícios e incentivos (também para implantação de usinas termelétricas), configurando a chamada “guerra fiscal³”. Nos demais estados da federação brasileira não se cobra compensação ambiental, ou se cobra 0,5%, que é o mínimo exigido por lei federal. A maioria dos estados, principalmente o Rio de Janeiro, vem concedendo além do terreno, isenção de impostos, etc. Santo André, além de não ter oferecido este tipo de benefício, passou a negociar um plano de contrapartida com a empresa. Ou seja, coube à empresa conceder uma série de benefícios – negociados com as entidades locais e com o CONSEMA – para que lá pudesse se instalar⁴.

Justamente por representar uma experiência singular, decidimos pela realização deste estudo de caso, cujo resultado pretende contribuir para que possam ser conhecidas as características desta negociação entre empresa, poder público e sociedade civil, que permitam uma reflexão mais sistemática e concreta de como e o que pode ser negociado entre estas três esferas.

³ Nos Estados Unidos, o fenômeno conhecido como guerra fiscal – especialmente no que concerne a políticas de recrutamento e incentivos -- tem sido pesquisado desde meados do século 20. Trata-se de uma literatura crítica, na sua maior parte, que se estende pelos campos de finanças públicas, desenvolvimento local, locação industrial, etc. (Tendler, 2000). No Brasil, entretanto, apenas na década de 90 é que os pesquisadores começaram a se debruçar sobre este tema. Entre os trabalhos pioneiros se destaca o de Affonso e Barros (1997) e Affonso (1995).

⁴ Como será mencionado mais adiante, este posicionamento tem apoio na política regional coordenada pela Câmara do Grande ABC.

II. METODOLOGIA

A pesquisa foi feita através de entrevistas e observação de campo. Como é de amplo conhecimento, entrevistas são uma das mais importantes fontes de informação em estudos de caso. De um modo geral, estudos de caso requerem entrevistas em profundidade, porque permitem ao pesquisador obter dos entrevistados visões diversas sobre um mesmo evento (YIN, 1994). Também como é sabido, estudos de caso são adequados para a realização avaliações mais intensivas e em profundidade de um ou poucos aspectos de um dado fenômeno (Le Cample, Preissle e Tesch, 1993), fenômeno este que se traduz, no caso aqui apresentado, ao processo de negociação local com uma empresa.

A pesquisa foi realizada em 2 etapas. Uma primeira de detalhamento bibliográfico, buscou levantar os textos já existentes sobre o tema, e o que os autores já concluíram sobre ele. Ainda nesta etapa, foi feito um levantamento dos da Prefeitura Municipal de Santo André, assim como da Câmara do ABC.

Numa segunda etapa identificamos os principais agentes governamentais e populares envolvidos no processo de negociação e os entrevistamos. Também entrevistamos funcionários da RR envolvidos na negociação em Santo André.

Ainda nesta etapa foi realizada uma pesquisa no jornal intitulado Diário do Grande ABC, por se tratar do jornal de maior circulação regional/local e que deu maior cobertura ao processo de instalação da usina.

Foram entrevistados:

Vice-prefeito de Santo André, na época (hoje atual prefeito)

Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André

Superintendente do SEMASA

Presidente da Câmara Municipal

Vereador do PV

2 Vereadores do PT

Engenheiro responsável da Usina Termelétrica

2 representantes da empresa de consultoria em comunicação social

Um representante do Poder Executivo de Santo André que não quis se identificar

III. O CONTEXTO DA NEGOCIAÇÃO

Para ser compreendido, o processo de negociação focalizado nesta pesquisa, deve ser, antes de mais nada, contextualizado. Em vista disso, apresentamos a seguir um quadro geral da crise regional desencadeada pelo processo de desindustrialização, a emergência da mobilização local no sentido de apresentar, de forma integrada, uma resposta à crise e, finalmente, o retorno do capital estrangeiro.

1. A CRISE DESENCADEADA PELA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A economia municipal de Santo André, assim como a de toda região do ABC⁵ de São Paulo, passa a estar fortemente ligada à entrada de novos investimentos

⁵ A região do ABC é formada pelos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, todos situados na Grande São Paulo.

internacionais diretos a partir dos anos 50. A indústria automobilística tem sido, desde então, o setor mais representativo deste processo. Um dado indicativo do significado deste setor na região refere-se aos postos de trabalho gerados pelo setor: em 1985, 47% dos trabalhos no Grande ABC estavam concentrados na indústria automobilística (SEADE, 1995 e 1992). De modo secundário se destaca na região o setor petroquímico, criado nos anos 70. Este, entretanto, contou com o investimento público direto, através do desenvolvimento do pólo petroquímico estatal na região. Durante esta década, a região era considerada símbolo do chamado “milagre brasileiro”: a economia crescia a taxas superiores a 10% a.a., tendo como carro-chefe desse crescimento a indústria automobilística instalada na região que, até meados dos anos 70, detinha quase a totalidade da produção nacional de automóveis” (Leite s/d : 03).

Entretanto, no final dos anos 80 e começo dos 90, a indústria automobilística parou de crescer na região do ABC – embora tenha mantido suas operações no estado de São Paulo como um todo – nesta região houve um declínio relativo de investimento no setor. Este período foi marcado por um “acelerado processo de crise que se expressou no fechamento de unidades produtivas e transferência para outras regiões, retração do investimento, diminuição do volume de emprego, queda do rendimento médio da população, redução da participação no PIB industrial brasileiro” (Leite, S/D: 03).

Durante toda a década de 90 verificou-se a manutenção desta tendência. Segundo dados do DIEESE no final da década de 90 a região somava um total de 250.000 desempregados. Segundo Arbix e Zilbovicius (2000) “in the early 1990s, Brazilian industry’s power symbol, the automotive complex, appeared to be a shadow of its former self, having generated 15.6% of the nation’s industrial GDP in 1975, slipping to 8.1% in 1990 and 8.2% in 1991. The nearly two million inhabitants of the “Brazilian Detroit” saw their industry waste away like none other in the country”.

Frente ao processo de desindustrialização, o Grande ABC se viu ameaçado por outras regiões e cidades brasileiras que, na tentativa de atrair novas empresas, passaram a oferecer uma série de vantagens logísticas e de benefícios fiscais. A “tendência à descentralização geográfica da produção, a busca de *greenfields* por parte das empresas na tentativa de encontrar novas vantagens locacionais, a guerra fiscal entre estados e municípios e a presença de um sindicalismo combativo, gerou um entendimento de que a região estaria impondo altos custos à produção, expressa no termo que foi se tornando cada vez mais corrente: o custo ABC (Leite s/d : 04).

Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, o município perdeu 70% da arrecadação nos últimos 30 anos porque teve uma evasão industrial muito importante e quando se fala de desindustrialização do ABC, de fato ela ocorreu em Santo André. “Quem teve um problema mais dramático de desindustrialização foi Santo André, pois São Bernardo manteve o seu valor adicionado, desempregou muito, mas mantém seu valor adicionado. Teve a saída de muitas indústrias, mas a chegada de outras, enfim, São Bernardo teve uma manutenção do seu nível industrial, mas Santo André, não” (entrevista concedida à esta pesquisa).

A criação do Consórcio Municipal do ABC foi uma das iniciativas articuladas pelos prefeitos e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) da região para fazer frente a este problema. Era preciso articular, no plano intermunicipal uma maneira de, por um lado, manter e atrair novas empresas para a região e, por outro lado, incentivar novas atividades na área de serviços, especialmente o comércio regional. A região deveria, assim, intensificar a área de serviços, especialmente o comércio, lazer e turismo. Previa-se, ainda, a construção de um pólo tecnológico na região.

2. A RESPOSTA À CRISE – A CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO E DA CÂMARA DO ABC

Com o propósito de interferir neste processo, foi organizado o Consórcio do Grande ABC em 1990. O Consórcio, agregando num fórum comum um amplo conjunto de entidades com base de representação local, sejam elas agências governamentais ou não governamentais, assim como representantes do setor privado, tem procurado direcionar as atividades econômicas locais e impulsionar de forma coordenada o desenvolvimento regional.

Os objetivos estabelecidos pelo Consórcio foram:

Representar o conjunto dos municípios que o integram em matéria de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais; ii) planejar, adotar e executar projetos, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar a infra-estrutura física da região; e iii) promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades (Leite, s/d : 10).

Santo André, na figura do prefeito Municipal na época, Celso Daniel, foi uma das cidades que liderou este processo. Em 1991 foi criado nesta cidade o Fórum de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de juntar interesses diversos em torno da retomada do desenvolvimento regional. No final da década de 90, com os mesmos objetivos, foi criada uma Agência de Desenvolvimento Econômico, sob a coordenação do prefeito municipal de Santo André. A Agência foi composta por representantes SEBRAE, CIESP, associações comerciais municipais, representantes dos trabalhadores (através da CUT) e representantes do polo petroquímico.

De acordo com Arbix e Zilbovicius (2000) esta iniciativa, contrasta com as políticas anteriores, sejam de caráter nacional ou subnacional. Os esforços do governo

paulista, por exemplo, realizados para atrair investimento eram pouco significativos, quase inerciais, focados basicamente na facilitação dos transportes e no custo da mão de obra. “The elaboration of industrial and development policy always bore the mark of political disputes within the nation’s economically most powerful state. It is therefore not surprising that since the mid-1990s, São Paulo has not been able to react in a consistent manner to the depreciation of its productive park, to the flight of corporations to other regions, and to the dismantling of part of its industrial wealth as a result of the so-called “tax incentives war”. Institutionally speaking, São Paulo state has to depend on underdeveloped mechanisms that are incapable of sustaining discussions based on the mutual trust of different agents”.

Neste contexto, a nova política regional articulada no ABC representou um esforço de romper o isolamento dos municípios e de segmentos específicos de setores produtivos através da formação de uma discussão mais ampla, incorporando novos atores, ainda que com interesses divergentes, na elaboração de uma política regional integrada.

Em 1996 o governo do estado de São Paulo apresentou a proposta de criação da Câmara Regional do Grande ABC, com o objetivo de articular agências governamentais e representantes da sociedade civil (inclusive do setor empresarial e sindical) para ajudar na definição e implementação de planos e ações regionais voltadas para desenvolvimento econômico, de modo integrado. Integram a Câmara⁶, as sete prefeituras municipais do ABC, o governo do Estado de São Paulo, parlamentares da região (municipais, estaduais e federais). Importante salientar que consórcio é constituído por 7 prefeituras e tem personalidade jurídica. Já a Câmara

⁶ “A Câmara é formada por um Conselho Deliberativo, constituído por 67 membros, representando todos os parceiros; uma Coordenação Executiva, constituída por 25 membros indicados pelo Conselho Deliberativo e 4 Grupos de Trabalho (GTs) - Desenvolvimento Econômico e Emprego, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Temas Administrativos e Financeiros -, divididos em vários subgrupos encarregados de tratar de temas específicos. Os trabalhos dos GTs são levados, quinzenalmente, à análise e deliberação da Coordenação Executiva; das proposições aprovadas pela Coordenação Executiva, são formulados Termos de Acordos a serem assinados nas reuniões do Conselho Deliberativo”(Leite s/d : 10).

não tem personalidade jurídica, constituindo-se apenas num fórum de negociação entre as 7 prefeituras, através do consórcio, do governo do estado e a sociedade civil, Fórum da Cidadania, empresários e sindicatos.

“Conforme explicita Daniel (1997: 4), a eleição dos sete novos prefeitos contribuiu para que os governos locais voltassem a encarar as questões intermunicipais como fundamentais para o futuro de seus próprios municípios. “O primeiro passo correspondeu a uma retomada do Consórcio Intermunicipal, efetuada ainda antes da posse dos novos governos, no início do ano de 1997. Na seqüência (...) foi elaborado consensualmente o estatuto de funcionamento da Câmara Regional do Grande ABC” (citado em Leite s/d : 10).

A inovação deste formato institucional vem sendo objeto de estudo de pesquisas. Segundo Leite:

“1. A Câmara se inspira no conceito de região ou território, o que implica uma importante inovação na forma de fazer política: ao colocar o interesse local em consonância com o regional, ela subverte tradicionais práticas políticas que se apoiam na concentração de poder nas mãos do governo local, as quais favorecem a não transparência na gestão da coisa pública e a disseminação do clientelismo e do favoritismo político.

2. A Câmara se apóia na constituição de uma vontade coletiva regional que, conforme explicita um de seus principais idealizadores, o atual prefeito de Santo André, "envolve um salto de qualidade indispensável para o enfrentamento dos desafios postos pela economia regional, expresso na criação de um arranjo institucional de novo tipo, fruto de uma coalizão ampla que integre, num mesmo espaço público não puramente estatal, os poderes públicos e a sociedade civil locais" (Daniel, 1996:4). Tal salto de qualidade pressupõe, portanto, uma nova visão de fazer política que desemboca na democracia participativa já que implica ao mesmo tempo: i) a ampliação do conceito de cidadania, tradicionalmente baseado no

reconhecimento de direitos e deveres do cidadão para uma noção que incorpora a importância da **participação** dos agentes sociais nas decisões políticas; trata-se assim, de uma nova prática que se assenta em uma sociedade civil organizada, participando ativamente das decisões, estabelecendo prioridades e propondo políticas; e ii) a democratização das decisões políticas, na medida em que elas deixam de ser de exclusiva competência do poder local e/ou do poder nacional centralizado e passam a ser decisões negociadas e consensadas entre poder público e distintos atores da sociedade civil.

3. Ao propor a participação da sociedade civil na constituição de um espaço público, a Câmara sugere uma nova relação entre o público e o privado, baseada não mais no favorecimento dos setores mais fortes e com maior capacidade de pressão, mas na negociação e na responsabilidade social dos vários atores para com a região.

4. A Câmara propõe um novo modelo de governabilidade regional que, à semelhança de novas tendências mundiais, se apoia na formação de redes de caráter horizontal ao invés de basear-se na tomada de decisões a partir de hierarquias verticais.”(Leite, s/d: 12).

A Câmara do ABC, como foi dito anteriormente, organizou diversos Grupos de Trabalho, com o objetivo de estudar políticas integradas de desenvolvimento regional. Um destes grupos discute diretamente políticas de intensificação do Pólo Petroquímico. Dentre os setores representados nas discussões regionais, se destacam os empresariais, especialmente os ligados à indústria química e petroquímica. O GT, baseado num relatório elaborado pelo Instituto de Economia da Unicamp, o GT elaborou o seguinte diagnóstico do setor:

1) baixa competitividade provocada pela baixa capacidade produtiva da Petroquímica União, tendo em vista que este é um setor em que as economias de escala são fundamentais para a garantia da competitividade;

2) desarticulação entre as várias empresas do setor, sobretudo as de terceira geração (setor de plástico) que, conforme já referido, constituem um ajuntamento de quase 600 empresas. (Leite s/d: 18).

Com o objetivo de enfrentar tais problemas, o GT decidiu pelo apoio à proposta da Petroquímica União, que previa a ampliação de sua capacidade produtiva, para aumentar o fornecimento de matéria prima. Tais iniciativas são importantes porque marcam claramente um contexto favorável à implantação da Usina de cogeração Capuava na cidade de Santo André, facilitando o processo de negociação para a implantação da empresa no município.

De acordo com um dos membros deste GT, “a gente tem um grupo de trabalho voltado para o fortalecimento da cadeia produtiva do setor petroquímico e nós temos um subgrupo de plástico. Foi feita uma pesquisa sobre o plástico para complementar e fortalecer a cadeia. Aqui, o pólo petroquímico é um dos três que existem no país, o menor dos três, o menos modernizado. Então a Câmara vem trabalhando para modernizar e garantir, por exemplo, matéria-prima da Petrobrás. Desde 98, nós estamos fazendo gestões junto a Petrobrás e estamos chegando a uma possibilidade de ampliação do pólo, que é importante aqui para a região, por mais que ele não empregue muito e que seja poluidor, enfim, tem toda uma discussão a respeito disso, mas é importante também como produtor de riqueza dentro de uma perspectiva de fortalecimento e diversificação da cadeia produtiva. Por isso achamos importante a criação da Usina da RR em Santo André (entrevista concedida a esta pesquisa).

Em 1997 os fóruns de discussão regional, especialmente a Câmara, passou a discutir uma política tributária capaz de se contrapor à guerra fiscal. Como resultado, foi assinado um acordo para estabelecer uma política tributária regional contra a guerra fiscal, na qual se destaca a chamada *Lei de Incentivos Seletivos*, aprovada em cada uma das 7 cidades que compõem a região. Esta lei previa a devolução de impostos municipais, IPTU, IPVI, ISS e inclusive o ICMS, desde que o novo investimento, beneficiasse a região. Esta lei foi interpretada pela PM de Santo André como

fundamental para estimular a indústria, numa perspectiva contra a guerra fiscal, e ao mesmo tempo regional, capaz de atrair novos empreendimentos. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, “a idéia é devolver os tributos municipais desde que haja investimento, representando um aumento de arrecadação que tem que estar previsto na lei de responsabilidade fiscal. Então, a idéia não é renúncia fiscal, mas uma parceria entre poder público e iniciativa privada. Se conseguirmos aumentar de 100 a arrecadação, podemos dar 20, e o poder público sai ganhando 80, aumentando a arrecadação. Além disso, estamos mantendo as empresas já existentes, ou ampliando o número de empregos, que é o segundo critério para devolver os tributos. E o terceiro critério diz respeito ao meio ambiente. Como o ABC e Santo André têm mais da metade da sua superfície em área de proteção aos mananciais, desde que se controle e preserve os mananciais, a isenção é concedida. O Conselho de Desenvolvimento Econômico devolve até 20% de investimentos de grandes empresas e 50% de micro e pequena, quer dizer, isso favorece também as pequenas e micro empresa que vierem se instalar aqui” (entrevista concedida a esta pesquisa).

Esta lei, no entanto, está encontrando uma série de dificuldades para ser implantada e, portanto, não produziu nenhum impacto que pudesse ser avaliado até o momento.

3. A CHEGADA DE NOVOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Com a estabilidade econômica alcançada no Brasil durante a década de 90, e o processo de privatizações, o país se tornou mais atraente para os investimentos estrangeiros, seja ele produtivo (IDE) seja o especulativo. Como assinalam Arbix e Zilbovicius (2000) tal atração foi um dos principais pontos da política econômica do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, como estratégia de inserção do Brasil no processo de globalização ; “Brazil’s new insertion in the globalized context depended on increased foreign direct investment, which in turn constituted

the *raison d'être* of the monetary stabilization policy, whose main objective was to propel “the restructuring of foreign branches operating in Brazil to meet international standards” (Franco, 1996). Through its policies involving commercial liberalization, deregulation, and, especially, privatization, Brazil managed to increase foreign direct investment substantially. However, clearly identifying foreign direct investment and its impact, especially on employment, constitutes no simple task. If we are interested in evaluating the total amount of investments involved in the creation of new productive assets, then the total foreign direct investment flow does not provide a good indicator, since it actually represents the total of resources introduced in a specific period, which could be applied towards the acquisition of already existing private investments, or, in the Brazilian case, in the acquisition of state enterprises undergoing privatization” (Arbix e Zilbovicius, 2000: 04).

A partir de 1994, a economia brasileira voltou a receber volumes expressivos de IDE, depois desses recursos permanecerem em níveis muito baixos durante toda a década de 80 e início dos anos 90. O ritmo de crescimento observado nos fluxos de IDE para o Brasil na segunda metade da década de 90 passa a ser bastante superior ao crescimento do fluxo mundial de IDE e do fluxo para a América Latina. A participação média brasileira nos investimentos mundiais do período de 1987-94 foi multiplicada quatro vezes. De acordo com o Relatório Anual da CEPAL de 1998, o investimento direto estrangeiro cresceu de US\$ 2.6 bilhões em 1994 para US\$ 15 bilhões em 1997.

Entretanto, observa-se, neste processo, duas mudanças fundamentais: quanto à localização e quanto ao setor de investimento.

Do ponto de vista da localização geográfica, os novos investimentos (investimento direto externo – IDE) se dirigiram para os estados do sul e sudeste – mas não especialmente para São Paulo. A indústria automotiva, por sua vez, deixou o pólo Rio – São Paulo, para se implantar na Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista setorial, o IDE começa a se deslocar do setor industrial para o setor de serviços: “It should be noted that a large portion of the total flow of IDE to Brazil in the second half of the 1990s was directed towards the acquisition of privatized state enterprises, especially involving steel, telecommunications, electric energy, and petrochemicals” (Arbix e Zilbovicius, 2000: 04). Desse modo, os setores que mais receberam investimentos diretos estrangeiros foram o automotivo, químico, financeiro, setor de turismo e setores que começam a ser privatizados (telecomunicações, energia, etc.).

Apesar desta inflexão, a princípio positiva, a hipótese de Arbix e Laplane é que “o sucesso brasileiro na atração de investimentos estrangeiros não se traduziu em crescimento porque a maior parte desses investimentos não foi destinada à construção de nova capacidade produtiva (investimento macroeconômico), mas sim à aquisição de ativos já existentes (transferência de propriedade). A relação entre o volume das transações em fusões e aquisições e o valor dos fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil foi elevada, comparável, inclusive, à verificada nos países desenvolvidos e superior à constatada na América Latina e no conjunto de países em desenvolvimento” (Arbix e Laplane, s/d : 04).

É dentro deste cenário, marcado pela “retorno” do investimento estrangeiro no Brasil que a Rolls Royce definiu, no final dos anos 90, pela implantação de sua estrutura no país, decisão esta facilitada com o prognóstico de que o país estava à beira de uma crise energética.

IV. A EXPERIÊNCIA DA RR EM SANTO ANDRÉ

A seguir apresentamos o estudo de caso sobre as negociações realizadas entre a empresa RR, o Poder Público, e as entidades populares, tendo em vista a implantação da Usina de Cogeração Capuava.

1. A VINDA DA EMPRESA PARA O BRASIL

A Petroquímica União (PQU) promoveu, em 1997, uma concorrência internacional para contratação de uma usina de cogeração de energia. A RR ganhou porque, segundo seu representante, ofereceu o melhor preço. A RR já tinha um agente a procura de oportunidades de negócios nos 5 continentes e só veio definitivamente para o Brasil quando o negócio foi concretizado, em março de 1998. As duas cidades brasileiras em que a RR entrou foram: Alagoas e Santo André. A usina termelétrica irá produzir 500 toneladas/hora de vapor para a Petroquímica União (PqU) e 240 MW de energia elétrica para ser comercializada pela Rolls Royce Powers Ventures.

Este processo, da decisão de vinda da empresa para o país e de construção das 2 usinas, foi fortemente facilitado e acelerado com a crise do setor energético do Brasil em 2001⁷.

2. A ABERTURA DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

O engenheiro da RR responsável pelo IA-RIMA começou a participar de audiências públicas nas cidades de Jundiaí e de Cubatão, para extrair, daquelas experiências, uma linha de ação para a RR poder se implantar em Santo André. Segundo ele: “Com a experiência de Jundiaí (1999), a minha firma contratou uma empresa de consultoria em comunicação. Isso porque eu fui numa audiência pública naquela cidade e vi o que significava mil pessoas discutindo e vi que a cidade precisava estar a fim, que eu precisava de apoio social” (entrevista concedida para esta pesquisa).

Já convencido de que o diálogo era a melhor estratégia, o representante da RR, juntamente com a empresa de consultoria, marcaram uma entrevista com o prefeito

⁷ Sobre o histórico da empresa ver Anexo.

de Santo André, na época, Celso Daniel. Ao perceber que a usina poderia ser poluente, solicitou que o projeto fosse apresentado ao SEMASA que trata da água e meio ambiente da cidade. “Naquele dia, ele perguntou quem eram potenciais opositores ao projeto, eu disse que em Jundiaí e Cubatão era o PT”. Segundo o representante da RR, o fato do prefeito ser do PT, ao invés de dificultar, ajudou, uma vez que ele tinha interesse em estabelecer a empresa na cidade e passou a articular, dentro do partido, o apoio à criação da usina. E acrescenta: “sem apoio do prefeito eu não teria feito nada” (entrevista concedida para esta pesquisa).

Fato que merece destaque é o papel da consultoria de comunicação em todo processo. Este papel não se reduziu a uma atuação estritamente técnica, mas também de articulação política. Segundo o representante da RR: “A empresa não vai poluir, mas a questão ambiental poderia ser usada para fins políticos. Seis meses depois a SEMASA.com base no projeto da gente, produziu um relatório com algumas observações quanto ao controle ambiental. Eu fui conversar com os políticos e a consultora com favelados e moradores do entorno. Nesse meio tempo eu descobri que existe em Santo André uma política de contrapartida formal. Tudo isso foi durante a campanha política de 2000 e jamais me pediram um tostão. Um dia o prefeito, como qualquer cidadão, me ofereceu um convite de almoço em prol de sua campanha. Comprei por R\$ 20. Fiquei sensibilizado pela lisura do processo” (entrevista concedida para esta pesquisa).

Atuação da empresa de consultoria em Comunicação Social tem em vista promover uma aproximação entre a empresa e a comunidade local. O recorte desta “comunidade” é bastante amplo, nas palavras do próprio representante da Consultoria: “A preocupação com o meio ambiente hoje é muito ampla. Então nós teríamos toda uma rede a reconstituir neste processo. Nós segmentamos a comunidade local: desde os líderes comunitários, as organizações formais, outros fóruns já criados pela própria prefeitura, no caso de Santo André são vários. Então nós criamos toda uma segmentação, mapeamos essas pessoas, esses representantes e

a partir desses representantes a gente começa uma relação com a comunidade” (entrevista concedida a esta pesquisa).

3. O PAPEL DA PREFEITURA E DO EXECUTIVO MUNICIPAL

O principal órgão da Prefeitura envolvido na negociação foi o SEMASA. Este órgão, na verdade, não é o órgão licenciador, para a finalidade de instalação da Usina, e sim a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental). O papel do SEMASA, neste caso foi de facilitação das discussões técnico-ambientais em Santo André.

Segundo o Diretor do SEMASA, “em nenhum momento na história de Santo André, não sei na região, um empreendimento foi tão discutido quanto a implantação dessa usina. Então a gente trabalhou muito nisso aí, argüindo, vendo, entendendo e depois discutindo com a própria Rolls Royce e a PQU. Nós ficamos absolutamente convencidos não só da importância do empreendimento, como do baixo impacto ambiental. Esse foi o nosso papel: argüir e colocar claramente a nossa postura enquanto órgão ambiental favorável à implantação desse empreendimento, que foi muito criticado por alguns setores. A partir do momento que a gente entendeu que, do ponto de vista econômico para a cidade, era positivo e que do ponto de vista ambiental não tinha nenhum impacto importante, eu acho que a gente tinha a obrigação de defender. Mas, do ponto de vista formal, não temos nenhum papel” (entrevista concedida à esta pesquisa).

O primeiro contato da empresa com o representante da SEMASA ocorreu no final de 1999, por iniciativa da Rolls Royce, com o objetivo de elaboração do EIA RIMA, previsto para ser concluído em meados de 2000. Em fevereiro de 2001, a Rolls Royce apresentou o relatório de impacto ambiental ao Conselho Municipal de Gestão Ambiental, dando início à primeira apresentação pública do EIA-RIMA do

projeto. O auditório do SEMASA estava lotado, com todos os 22 membros do Conselho (11 do município e 11 da sociedade civil) presentes. No total havia 70 pessoas.

Para a aprovação formal do projeto foram cumpridas 3 etapas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A audiência pública é o passo necessário para a licença prévia, que é quando a sociedade local se posiciona frente ao projeto. Paralelamente, RR entrou com um pedido de licenciamento na CETESB.

V. A MOBILIZAÇÃO LOCAL

A audiência pública foi realizada no dia 15 de março de 2001, no Teatro Municipal, que tem capacidade para 470 pessoas e foi dirigida pelo CONSEMA. Segundo os organizadores, estavam presentes 600 pessoas. Em primeiro lugar tomou a palavra o empreendedor, depois a equipe que elaborou o EIA-RIMA, e a seguir, o CONSEMA. Posteriormente foi aberta a palavra as ONGs, e pessoas físicas que desejassem se posicionar publicamente. Depois que todos falaram, a empresa voltou a se colocar, respondendo a perguntas, objeções, críticas dos que falaram. A audiência começou às 20 horas e terminou às 3 e meia da manhã, sendo que não houve nenhum acidente, e os debates transcorreram calmamente. A maior parte dos poucos posicionamento contrários à implantação da usina, foram feitos por pessoas de outra cidade, especialmente de Cubatão e de Santos, pertencentes ao Partido dos Trabalhadores.

Observa-se que a Audiência Pública tem caráter meramente consultivo. O momento da definição se dá na audiência ordinária do CONSEMA (onde os conselheiros é votam o projeto), alguns meses após a audiência pública. Neste meio tempo, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente estuda o projeto e faz as solicitações complementares.

A questão técnica controversa, levantada pelos ambientalistas na audiência pública era a seguinte: o combustível que a usina usará é uma mistura de gás natural e gás de processo. O gás de processo é o subproduto da própria PQU e o gás natural vem da Bolívia. Assim, tanto a PQU, quanto a usina da RR, só podem operar com esse combustível. Disso eles não poderiam abrir mão. Os ambientalistas, no entanto, reivindicavam combustível alternativo. Segundo um engenheiro da prefeitura envolvido no processo, “Nós não conseguimos convencer esses ambientalistas. Não são todos, mas há setores ambientalistas que são absolutamente conservadores no sentido de que não acreditam em inovação tecnológica. Não jogam com a possibilidade de que a empresa esteja falando sério, possibilidade de que o que esteja escrito no EIA-RIMA seja cumprido, tem uma desconfiança muito grande” (entrevista concedida para esta pesquisa).

Os setores que mais se interessaram na implantação da usina no Município foram justamente aqueles que sempre se mobilizam em torno do desenvolvimento econômico local, seja participando do Consórcio, ou da Câmara do ABC. Estes setores foram mobilizados para estar presentes nas audiências públicas. O único sindicato que se posicionou radicalmente contra foi o sindicato dos petroleiros de Santos e Cubatão.

Segundo a Empresa de Consultoria em Comunicação Social, a existência de uma forte organização e mobilização popular local facilitou muito o processo de diálogo que eles tentaram promover: “Santo André tem uma especificidade nessa questão da organização, por conta de ser o ABC. Lá os grupos são muito organizados e já têm uma predisposição para discussão popular de todos os assuntos que são pertinentes à cidade, ao município. Santo André tem muito grupo organizado, muito grupo predisposto, então isso facilitou bastante o processo. São canais já criados pela própria administração. Então é muito fácil trabalhar, foi muito fácil. A administração, assim, nos ajudou muito nesse sentido de promover essa discussão, então o processo lá foi num nível bem interessante, tanto técnico, quanto da aproximação com a comunidade (entrevista concedida a esta pesquisa). A Prefeitura

é fundamental. Para a gente entrar no projeto, iniciamos através da PM. Depois trabalhamos com os segmentos: segmento voltado especificamente para organizações comunitárias, associação dos moradores de bairro, os grupos religiosos, já existem esses canais formais de discussão regionais, as Câmaras regionais de discussão, os conselhos, você tem a Câmara de vereadores que é muito importante, as Sociedade Amigos de Bairro, o meio rotariano, os classistas, OAB, as associações de engenheiros, o nosso diálogo é com todos eles. Procuramos um a um. Contatamos e conversamos até a Audiência Pública, o que demora normalmente 5 meses, ara que você realmente consiga construir toda a relação. Santo André foi mais rápido, 3 meses, porque já é uma cidade muito organizada e mobilizada.”

O EIA-RIMA foi apresentado nas cidades de Santo André e Mauá em cerca de 100 reuniões. Para mobilizar estas pessoas, foi contratada a empresa de consultoria em comunicações, já mencionada, que além dos arquivos da prefeitura, mapeou e entrou em contato com outras pessoas e entidades, especialmente do entorno da PQU, onde a usina será instalada. O papel da empresa de consultoria em comunicação social foi fundamental: “Neste diálogo, nós temos que explicar tudo: o que é a empresa, qual é a conduta dela, o que é o projeto... Você falar de uma temática tão complicada que é termelétrica, quer dizer, mal as pessoas como é gerada a energia! Então, falar de uma coisa tão complicada. Requer um super estudo de como passar isso. Então toda essa parte, mais técnica de o que é uma termelétrica, explicar o que é uma turbina, toda uma parte de esclarecimento também sobre o impacto ambiental, nós é que fazemos, de acordo com as informações que as empresas nos trazem. Sempre existe junto com o empreendimento dessa natureza, empresas que fazem o estudo de impacto ambiental, o EIA-RIMA. Então, normalmente, a gente começa um projeto deste e o EIA não tá pronto ainda, então a gente caminha junto com o EIA, até sua finalização” (entrevista concedida a esta pesquisa).

Também na avaliação do representante da Usina Capuava a organização e mobilização populares característica da cidade de Santo André, a tradição de participação popular local e o conjunto de instituições voltadas para a discussão do

desenvolvimento local e regional, facilitaram muito o processo de instalação da usina, assim como aceleraram as decisões acerca desta instalação.

1. A PRESENÇA DOS VEREADORES

A Câmara de Vereadores de Santo André aprovou a formação de uma comissão de acompanhamento do processo de licenciamento e instalação da Usina Capuava no município. Segundo o presidente da Câmara, “precisamos é criar um fórum permanente para discutir este empreendimento. A Comissão deve ser composta por representantes do poder público (sete vereadores), da sociedade civil e da própria Capuava Cogeração. Em entrevista ao jornal “Diário do Grande ABC, o Presidente da Câmara declarou que “as principais questões apresentadas pelos vereadores se referem à contrapartida que o empreendedor dará ao município. Não está claro se haverá compensações ambientais ou de outro caráter para Santo André. Não podemos esquecer, contudo, dos benefícios econômicos que a usina trará”.

A primeira reunião pública marcada por esta Comissão, ocorreu na Câmara Municipal de Santo André, ainda em março de 2001, com a presença de Célio Bermann (professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP) que apresentou sua análise do EIA-RIMA da Usina Capuava. Segundo matéria publicada no Diário do Grande ABC, “Bermann apontou imprecisões do relatório, principalmente no que se refere à emissão de poluentes e ao aumento de consumo de água (serão mais 90 ton/hora de água). ‘De onde virá essa água e quem será o responsável por ela não fica claro, já que a Capuava Cogeração e a PqU são pessoas jurídicas diferentes’, disse. Os cálculos sobre a emissão de poluentes foram considerados inadequados por Bermann. “O ar já está saturado naquela área, e a usina irá contribuir de forma significativa para o aumento da emissão de gases na atmosfera”, afirmou. Durante a reunião, o assistente de Qualidade e Meio Ambiente da PqU, Dilermando Nogueira, levantou suas objeções quanto à avaliação de Bermann. “Nogueira disse também que o relatório é bastante claro quanto ao balanço hídrico. “A água que a PqU usa

atualmente é captada no rio Tamanduateí e fornecida pelo Sama (Saneamento Básico de Mauá). A outorga que temos da Petrobrás é suficiente para o aumento de demanda, e estamos negociando com o Sama para recebermos maior quantidade de água tratada”, disse. A Comissão da Câmara realizou outras reuniões com a presença de Célio Bermann, sindicatos, moradores e representantes do empreendedor. “Vamos nos posicionar claramente sobre o assunto: a favor ou contra. No caso de sermos favoráveis, iremos sugerir medidas mitigatórias, para evitar o impacto negativo no meio ambiente e na saúde da população”, disse o presidente da comissão, vereador Jurandir Gallo (PT).

No final do mês de junho a comissão especial da Câmara de Santo André divulga o relatório sobre a instalação da Capuava. Na verdade, o documento não foi conclusivo, apenas parcial. De acordo com o presidente da comissão, Jurandir Gallo é preciso que a empresa esclareça pontos relativos ao balanço hídrico, a emissão de poluentes e o custo de comercialização da energia elétrica que será produzida. A comissão decide pela criação de órgão municipal de controle com poder de fiscalização do processo de implantação e funcionamento da Usina Capuava e solicita à empresa um documento se comprometendo a utilizar apenas a mistura de gás natural e de processo como combustível (como está previsto no projeto) e uma declaração da PQU e da Recap sobre a disponibilidade hídrica.

O responsável pelo projeto, em entrevista ao jornal Diário do Grande ABC responde: “A primeira demanda já está respondida no EIA-Rima e será especificada na licença da CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental). Quanto ao segundo pedido, a declaração da PQU também está no relatório. As outras informações estão no documento que enviaremos a Cetesb, que está à disposição dos vereadores” (Diário do Grande ABC, 29/06/2001).

Na segunda reunião desta Comissão, seu presidente propôs a realização de um plebiscito na cidade, como uma solução mais democrática para decidir sobre a implantação ou não da Usina, conforme o projeto apresentado pela empresa

(entrevista concedida para esta pesquisa). A idéia do plebiscito não foi levada adiante. A invés disso, representantes do município foram chamados a visitar uma usina em funcionamento em outro país.

2. A EXCURSÃO PARA LONDRES – DA RR PARA O TÚMULO DE MARX

Como parte do processo de negociação foi centrada na tentativa de convencer as lideranças locais de que a Usina não era poluidora, a RR financiou a ida uma comissão da cidade para visitar uma usina similar em Londres para conhecer, de perto, o seu funcionamento. Para os opositores do projeto, o convite foi interpretado como uma tentativa de cooptação. A comitiva ficou 4 dias na Inglaterra. Dela participaram representantes do poder público local (responsável pela SEMASA e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, um representante do setor ambientalista da região, um representante da Comissão do Meio Ambiente Municipal e dois vereadores de Santo André e dois vereadores de Mauá.

De qualquer modo, a ida da Comitiva gerou resultados positivos para a negociação. Os membros da Comitiva voltaram convencidos de que a Usina não causaria maiores danos ao meio ambiente local.

3. O ESTILO DA NEGOCIAÇÃO

Um dado que se revelou importante na configuração do processo de negociação foi o estilo dos interlocutores, especialmente o do representante da RR e os do Poder Público Municipal. O representante da empresa, por exemplo, se disponibilizou para uma série de almoços, encontros, reuniões, independentemente do posicionamento (contra ou a favor) do empreendimento. Isso demonstrou, aos representantes do poder público municipal, uma certa abertura e boa vontade no encaminhamento das

negociações. A mesma postura foi reconhecida pelos funcionários da ou contratados pela empresa, quanto aos representantes da prefeitura, especialmente o prefeito na época, Celso Daniel. Para ambas as partes, pareceu existir uma predisposição pessoal para o diálogo.

Este estilo, por parte da empresa, fugiu ao “padrão lobbista”, o que reforçou, nos interlocutores, uma espécie de confiança. Na verdade, adquirir uma certa confiança é resultado de um processo mais complicado do que a simpatia ou o feeling pessoal. De acordo com a Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, “sem dúvida a confiança é importante, ou seja, a construção, mais do que da confiança, de uma credibilidade que supera a questão do lobbista e da pressão, e que é, na verdade, algo que se constrói coletivamente” (entrevista concedida para esta pesquisa).

A construção de uma relação de credibilidade, inclusive técnica, demanda tempo, e requer muitos encontros, discussões e debates. Neste sentido foi fundamental a atuação das instituições regionais, especialmente da Câmara do Grande ABC, que são “construções coletivas” capazes de viabilizar negociações entre o poder público e empresas, juntamente com os setores organizados da sociedade civil. É nesta perspectiva que a prefeitura de Santo André aposta, como forma de contornar a pressão de lobbies e interesses econômicos. “Nós temos aqui um planejamento participativo para o futuro da cidade, que se chama Cidade Futuro que prevê não só empresas, como grupo de trabalho, e participação popular no orçamento. Então quanto mais envolvido o cidadão, melhor vai ser a gestão da cidade, porque ele vai poder interferir. É muito difícil construir, acho que isso que é importante, não só os interesses econômicos, têm outros interesses pesando, porque senão vai ficar uma interlocução muito surda, muito pesada. Daí é uma coisa de lobby, eu acho que deixa de ser lobby na medida em que se abre para a sociedade...” (Secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André).

4. O QUE FOI DEMANDADO

Respondendo à política de contrapartida da Prefeitura Municipal de Santo André, a empresa fez um primeiro projeto, para iniciar o processo de negociação para a instalação da Usina. Segundo seu representante: “Vi o que as outras firmas fizeram: quadra de esportes, plantação de árvores na cidade, doação de computadores, etc. Eu vi o programa de inclusão social nas favelas de Santo André que ganhou o prêmio na ONU. Então, decidi escolher algo semelhante a este programa. Assim, fiz uma lista de coisas que a empresa poderia doar e esta lista aumentou, durante o processo de negociações para 10 vezes mais. Ter me pautado por este programa da prefeitura que ganhou prêmio da ONU facilitou meu trabalho de convencer a Rolls Royce (RR) de acatá-lo. Então, vamos construir um Centro Comunitário para a favela e, com isso, tenho o apoio da favela para o projeto de construção da usina”. Neste processo, continua o entrevistado, “um líder comunitário pediu uma excursão para Santos, dei do meu bolso, não ia pedir R\$ 200 para isso para a RR. O outro pediu uma placa para a associação da favela, eu dei também, do meu próprio bolso”.

Durante dois meses seguidos, no início de 2001, funcionários da empresa e a consultoria identificaram e conversaram com todas as pessoas da cidade que poderiam estar envolvidas no processo, especialmente para esclarecer que usina não era poluente e que a empresa iria despendar R\$ 1,25 milhão para o Estado de São Paulo, e iguais parcelas para as cidades de Santo André e Mauá em obras e serviços.

Além dos moradores do entorno – a usina será instalada na PQU, na avenida Costa e Silva, cercado por favelas e população de baixa renda – foram contatados representantes da OAB local, o jornal O “Diário do ABC”, e os políticos de Santo André e Mauá. Segundo o representante da empresa, “o sindicato dos petroleiros e sindicatos dos eletricitários de Cubatão e Mauá (também é prefeitura do PT) foram contra e tentaram fazer com que a CUT local se posicionasse contrariamente ao projeto da Usina. Ai eu tive que falar com o sindicato dos metalúrgicos de Santo André. Aí montamos duas equipes: 1) para falar com favelados (enfaticamente a

criação de empregos); 2) para falar com petroleiros. Conversei com os líderes da CUT, Vicentinho e Grama” (entrevista concedida para esta pesquisa).

O COSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) realizou a primeira audiência pública – que é parte oficial do processo para licenciamento ambiental – no dia 15 de março de 2001. Estavam presentes mais de 500 pessoas, entre elas, moradores do bairro, representantes do Green Peace, do PV, e petroleiros. Três dias depois foi realizada a audiência pública em Mauá (porque a usina fica no limite entre as duas cidades e, caso poluísse, esta cidade também seria afetada). Nas duas audiências foram apresentados os benefícios que a usina acarretaria: 600 postos de emprego, durante a construção da usina (depois de construída, apenas 40). Mais importante: 67 milhões de pagamento de imposto por ano.

5. A CONTRAPARTIDA

Do ponto de vista formal, contrapartidas são estabelecidas em função do impacto ambiental gerado pela empresa. No entanto, a própria empresa conseguiu provar, junto à comunidade e poder público local e municipal – através da aprovação do EIA RIMA – que sua implantação não causaria nenhum dano expressivo ao meio ambiente.

As contrapartidas das empresas estão associadas ao impacto ambiental. É um processo absolutamente formal, que termina com a definição daquilo que a empresa se compromete a fazer, em função dos danos ou riscos que o empreendimento empresarial acarretará. Do ponto de vista formal, cabe à CETESB, e não à PM de Santo André estabelecer a contrapartida da empresa para sua instalação em qualquer parte do estado. Nesse sentido, o DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente) estipulou o total da contrapartida em 2% do valor de investimento, ao aprovar o projeto, ou seja, ao conceder a licença para a instalação da Usina, no dia 13 de outubro de 2001. O

relatório do DAIA concluiu pela viabilidade ambiental do empreendimento, uma vez que não causará impacto negativo na região, desde que sejam seguidas todas as exigências da CETESB. Desse modo, o Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) aprovou o projeto da Capuava por 22 votos a favor, 5 contra e duas abstenções.

Outros projetos sendo executados na cidade de Santo André tem sido negociados com a prefeitura Municipal, como, por exemplo, o da cidade Pirelli⁸, Rhodia, Carrefour, Pão de açúcar, BIG supermercado e Extra supermercados. Nestes casos o que acabou sendo negociado foram as mudanças na legislação do zoneamento, ou seja, a lei de zoneamento municipal foi flexibilizada para que as estas empresas pudessem ser instaladas nos locais definidos. Também para a instalação do Shopping Plaza, logo no começo da administração de Celso Daniel em 1997, foi negociada uma importante alteração na legislação do zoneamento do eixo Tamanduateí (Avenida dos Estados - Vila Industrial). Neste caso, em troca da alteração da lei de zoneamento, a empresa duplicou uma parte da Avenida. Em todos estes casos, as contrapartidas oferecidas pelas empresas se justificam pelo mercado consumidor que atingem naqueles determinados locais.

Para Santo André, a contrapartida oferecida pela Usina Capuava foi de R\$ 1,250 milhões em benefícios. Que benefícios são estes? Eles podem ser agrupados em dois tipos: um que poderíamos chamar de melhorias comunitárias no entorno e outro que se referem diretamente à questão ambiental. Como parte do segundo grupo, serão entregues pela empresa RR equipamentos para a medição da poluição do ar, arborização de importantes avenidas da cidade. Como parte do primeiro grupo, será construído pela empresa RR um Centro Comunitário na Favela Capuava. Embora este último item não esteja relacionado diretamente ao meio ambiente, CETESB, que é o órgão que formalmente estabelece as contrapartidas, aceita como parte da negociação. “Santo André terá programas ligados a reflorestamento, piscicultura, controle da qualidade do ar, geração de renda, além da conversão da frota do

⁸ Ver dados sobre Cidade Pirelli nos Anexos deste relatório.

Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), movida a gasolina, para o gás natural e fornecimento de equipamentos para o Centro Comunitário Capuava. O empreendedor se comprometeu também a submeter a empresa a uma comissão permanente de fiscalização, formada por representantes dos dois municípios, tanto das prefeituras quanto da sociedade civil. “Os instrumentos de fiscalização apresentados pela empresa, principalmente a comissão independente, são pontos a favor do empreendimento”, disse Maurício Mindriz, superintendente do Semasa — MPR (Diário Grande ABC – 13/10/2001).

Segundo um dos representantes do poder executivo local “para falar a verdade, me senti bastante constrangido em discutir contrapartida ambiental. Não porque eu to com dó da empresa... a cidade precisa, etc. Mas, eu faço um discurso, vou lá na frente dizer: olha, não tem impacto ambiental porém, haverá uma contrapartida da empresa. O que eu aposto mais é na Comissão de Acompanhamento que foi formada para acompanhar a instalação da Usina (entrevista concedida para esta pesquisa).

Conforme este entrevistado salienta, foi formada uma comissão para acompanhar a instalação e, posteriormente, o funcionamento da Usina, como forma de garantir que ela não afetará negativamente o meio ambiente da cidade. Não se sabe como serão definidos os membros dessa comissão, mas há uma proposta de seja composta por membros do executivo, membros do legislativo, conselho municipal, e da CETESB.

O principal ponto da negociação com a RR, quanto ao meio ambiente da cidade, está ligado ao financiamento da capacitação da gestão ambiental local: essa comissão e todo o programa principal “Respira Santo André”. Este programa vai adquirir equipamentos e realizará o treinamento de uma equipe para acompanhar o controle ambiental.

A fragmentação em termos dos benefícios obtidos no processo de negociação parece ser fruto do próprio processo, isto é, da maneira como ele foi conduzido, e das pessoas/entidades que dele participaram. Uma vez que o processo foi aberto, para

todos aqueles que quisessem participar, as demandas se pulverizaram. Estritamente quanto ao meio ambiente, os órgãos que ajudaram a definir a contrapartida foram o SEMASA de Santo André e a Secretaria de Meio Ambiente de Mauá. Paralelamente, as demandas para a construção do centro comunitário e melhorias no entorno foram apresentadas pelas associações de entidades e discutidas diretamente com o representante da RR, como uma espécie de compromisso adicional estabelecido entre a empresa e os moradores do entorno, especialmente os favelados.

O impacto positivo que as contrapartidas acarretarão no meio ambiente da cidade, previsto pelo Executivo Municipal, é o da capacitação tanto material como humana das equipes do departamento ambiental e a formação da comissão de acompanhamento para fiscalizar a empresa. Segundo um representante do executivo: “No programa de governo do Celso Daniel foi enfatizado o desenvolvimento econômico, nossa preocupação era trazer mais indústrias e fazer com que aquelas que aqui estavam continuassem aqui e crescessem. Então, desse ponto de vista, a Capuava Cogeração faz as duas coisas. Você traz uma nova indústria, na verdade a vocação do ABC é indústria, e ao mesmo tempo, você faz com que a PQU permaneça aqui com capacidade de crescer o que é fundamental tanto para a PQU, quanto para a cidade. Quer dizer, o filé mignon para nós é a instalação. O importante é ter a Capuava Cogeração” (entrevista concedida para esta pesquisa).

A questão que fica aparentemente sem resposta é: porque a empresa RR se dispõe a pagar uma contrapartida, se esta contrapartida só se justifica juridicamente quando comprovado que o projeto da empresa acarretará danos ao meio ambiente?

Acreditamos que se trata de um cálculo simples quanto à relação custo benefício. À empresa interessa reduzir o tempo de espera para aprovação da instalação da Usina, para que ela possa começar a funcionar o mais rapidamente possível. Neste caso, não valeria a pena demandar juridicamente qualquer decisão do CONSEMA, a

menos que esta decisão fosse desfavorável à implantação da empresa na região. Pelo mesmo motivo, ao tentar se adequar à política de contrapartida para novos empreendimentos do município, ela passou a contar com o apoio do Executivo Municipal, especialmente do prefeito e das Secretarias Municipais, tanto do ponto de vista da articulação política de apoio ao projeto, quanto da eliminação de obstáculos técnicos ou burocráticos. Ao mesmo tempo, o projeto, ao beneficiar os moradores do entorno obtiveram destes moradores, sua simpatia e, posteriormente sua aprovação.

VI. CONCLUSÃO

Este estudo de caso pretendeu contribuir para extrair do processo de negociação aqui apresentado, orientações de como os agentes locais, especialmente as prefeituras, poderiam negociar e o que exatamente poderia ser demandado das empresas. Dito de outro modo, seu propósito foi o de responder, ainda que parcialmente, duas perguntas: como e o que negociar com uma empresa. Ambas nos remetem a uma questão anterior: por que a Prefeitura de Santo André apresenta poder de negociação, ao contrário da maioria dos estados e municípios brasileiros que, como participantes da “guerra fiscal”, oferecem uma série de subsídios para atrair novas empresas, sem apresentar nenhum tipo de contrapartida?

A resposta está relacionada, em primeiro lugar, às especificidades da política local, marcadas, por um lado, por uma articulação entre o então prefeito municipal que liderou este processo, Celso Daniel, com o apoio da Câmara do Grande ABC, a favor de uma política de aumento da arrecadação fiscal municipal. Por outro lado, a região é marcada por uma intensa mobilização popular, cuja origem remonta à década de 80, quando da emergência do “novo sindicalismo”. Esta característica local favoreceu significativamente a negociação com a empresa. A região possui uma “tradição de mobilização” popular e institucional, apoiada nos seguintes fatores: “i) o papel destacado da região no longo período de desenvolvimento

baseado na instalação de grandes e modernas unidades industriais do departamento de bens de produção e de bens de consumo duráveis e o enorme crescimento da mão-de-obra metalúrgica que acompanhou esse processo; ii) a grande concentração da produção que caracterizou o setor e o conseqüente adensamento da mão-de-obra, com a aglutinação de um grande número de trabalhadores em algumas grandes empresas; iii) o fato de que, situados no coração do "milagre", esses trabalhadores foram desenvolvendo um forte sentimento de que eram responsáveis pelas altas taxas de produtividade e lucratividade que as empresas vinham apresentando e de que mereciam, portanto, uma recompensa mais adequada a seus esforços” (Humphrey, 1984; Abramo, 1986; Leite, 1994 – citado em Leite, s/d:). De acordo com Leite, a região é ainda hoje marcada por esta trajetória política, característica de toda a região do ABC, e que permitiu a seus municípios desenvolver uma forte institucionalidade, a qual, por sua vez, foi fundamental para a criação da Câmara do ABC no ano de 1997.

Pudemos comprovar, nesta pesquisa, a relevância do papel desempenhado pela Câmara do ABC neste processo de negociação, assim como a relevância das lideranças do Poder Executivo e Legislativo local. Observa-se que a prefeitura de Porto Alegre também tem atuado no sentido de negociar a instalação de novas empresas naquela cidade. Não encontramos, durante a fase de realização desta pesquisa, nenhum documento do PT que pudesse explicitar esta questão (encontramos apenas algumas declarações que constam do anexo deste relatório). O fato deste partido ter uma tradição de participação e mobilização popular contribui positivamente para incrementar o poder de barganha das Prefeituras, e de articulação das instituições locais, especialmente a Câmara do ABC⁹. Entretanto,

⁹ Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico do Município, “deve ter em algum lugar registrado, porque eu já ouvi várias manifestações do próprio Genuíno, que é candidato ao governo, o Celso, eu não sei onde.. Agora o que é importante entender da perspectiva do PT é que nós defendemos uma política de redistribuição de renda, então esse tipo de negociação, eu acho que por ser do PT, eles entendem melhor, porque nós não temos governos, nós defendemos a não corrupção nos governos, então o que o PT prega é uma, uma negociação, uma distribuição, uma captação dos benefícios que são apropriados privadamente, para voltar em benefício da população. Então eu acho que é essa a perspectiva distributivista e aí tem vários trabalhos que falam”.

não foram identificados documentos partidários relativos especificamente a esta questão.

Em segundo lugar, mas não menos importante, as negociações foram favorecidas pela disponibilidade local de um mercado de consumo do produto que a empresa oferece, ou seja, vapor para a PQU, e energia junto ao centro de consumo.

A existência de um mercado local¹⁰ foi, de fato, condição “*sine qua non*” para que o município pudesse ter condições de negociar. Dito de outro modo, a empresa RR Power Ventures ao decidir por se instalar no Brasil já tinha o endereço certo. Como é sabido, uma usina de cogeração de energia elétrica e vapor é, geralmente, mais rentável que uma usina termelétrica simples, ou seja, aquela, que produz apenas energia elétrica. Uma vez que ela necessita, por razões técnicas, de se localizar junto ao consumidor de vapor, pois o vapor ao contrário da energia elétrica não pode ser transportado, sua localização espacial já estava definida de antemão: a Petroquímica União. Não se pode afirmar, com os dados obtidos nesta pesquisa, que a RRPV viria para o Brasil de qualquer forma, mas o fato é que, um projeto dessa magnitude, justificou (ou apressou) a vinda, viabilizando a montagem de uma estrutura no Brasil.

Este é justamente o ponto que Tandler procura enfatizar, ao concluir que os programas de recrutamento dos governos nordestinos no Brasil negligenciam seu próprio poder de consumo regional (Tandler, 2000). Tal “negligência” reflete uma falta de percepção quanto à potencial capacidade de barganha que de fato possuem, e é reforçada pelo receio de que demandas locais dirigidas às firmas que desejam se implantar numa determinada região possam afugenta-las. No entanto, experiências

¹⁰ Quanto ao mercado de consumo local, encontramos uma semelhança entre as prefeituras de Santo André e de Porto Alegre, ambas do PT, uma vez que no caso desta última cidade o processo de instalação de uma rede de supermercados francesa Carrefour também foi negociado com a prefeitura daquele município. Em ambos os casos o alvo das empresas estava voltado para o mercado de consumo local o que, certamente, coloca as Prefeituras numa condição mais vantajosa para negociar. Entretanto, mesmo em situações onde as empresas pretendem explorar o mercado consumidor local, a regra tem sido a de oferecer subsídios e não a de barganhar.

internacionais vem demonstrando que a decisão de uma empresa quanto à sua implantação, mais especificamente quanto à definição sobre o local onde será instalada, não pode ser representada por uma simples equação da relação custo-benefício, ou seja, não depende apenas de um cálculo sobre redução dos custos. Doeringer and Terkla (1987) dão o nome de “invisible factors” ao conjunto de fatores que são ainda mais relevantes para influenciar as decisões das firmas sobre sua localização, ou realocação. O próprio nome (invisible factors) busca, na verdade, estabelecer um contraste aberto entre os fatores (visíveis) ligados ao custo (taxas, salários, etc.) e os “invisíveis”, quais sejam, relações de trabalho positivas, qualidade da liderança do governo local, organização e participação local, etc. Tais fatores são considerados fundamentais para gerar condições capazes de facilitar a vida da empresa.

De fato, no caso da implantação desta Usina, a existência de uma forte articulação política de sustentação ao governo local foi, segundo o representante da empresa, “muito importante, outras termelétricas oferecem compensações a governos locais sem articulação e, mesmo assim, sofrem um bocado (algumas desistem) com a oposição da sociedade organizada”. Inicialmente a empresa temia um possível desfecho desfavorável à sua instalação na cidade, por acreditar que tal empreendimento contraria a política nacional do PT (partido do prefeito de Santo André), que tem um posicionamento claramente estatizante no caso da energia.

Entretanto, segundo entrevista com o representante da Usina, o fator mais relevante para definir a localização do empreendimento em Santo André foi a própria localização do cliente. Posteriormente, quando as compensações foram solicitadas e negociadas, ajudou o fato de jamais ter sido exigida nenhuma forma de corrupção, nem mesmo ajuda eleitoral. A lisura do processo, não apenas causou boa impressão à empresa, como também facilitou a escolha dos itens a serem financiados por ela como contrapartida de sua instalação no local. De acordo com o representante da empresa entrevistado, “corrupção custa tão ou mais caro que compensações legítimas”.

Também de fundamental importância foi a existência de um mercado consumidor naquela região. Vale enfatizar que a existência deste mercado tem sido considerado, junto aos benefícios fiscais, um dos fatores que mais afetam as decisões de instalação de novas empresas estrangeiras, tal como mostra a tabela abaixo.

Reasons for Installing New Plants in Brazil (%)

Proximity of markets	57.3
Tax benefits	57.3
Labor costs	41.5
Specific advantages of the site	39.0
Active labor movement	24.4
Saturation of space	14.6

Source: CNI/CEPAL survey, 1997 (citada em ARBIX, 2000)

A guerra fiscal, como fator de atração do capital estrangeiro em função das vantagens a ele oferecidas, ainda não recebeu, no Brasil, a devida atenção dos pesquisadores. Especialmente nos últimos anos, estados e municípios brasileiros vêm oferecendo uma série de vantagens e benefícios como forma de atrair grandes empresas, configurando uma ostensiva competição regional. Poucos pesquisadores vêm discutindo problemas e desvantagens advindas deste tipo de competição (Affonso, 1995 e 1997; Prado, 1998). Mais recentemente, alguns trabalhos começaram analisar as “lições” que delas poderiam ser extraídas pelos governos subnacionais (Tendler, 2000). Resumidamente, neste segundo caso, tem-se procurado enfatizar que, ao lado dos incentivos, os governos subnacionais poderiam

negociar benefícios e melhorias locais, ou políticas compensatórias que pudessem mitigar o impacto, nem sempre positivo, decorrente da implantação de uma empresa.

As propostas de isenção fiscal oferecidas pelos governos subnacionais para atrair novas empresas tem sido justificada por perspectivas otimistas como estímulo ao desenvolvimento econômico local, ou regional, especialmente através da oferta de novos postos de trabalho. Esta questão é bastante controversa e, de acordo com Arbix e Zilbovicius “even in a more established pole undergoing restructuring, such as the ABC, this sort of evaluation is not easy, since the internal restructuring of companies, the rearticulation of the productive chain, the exodus of some industries to other regions, and the reinvestment process within automobile and autoparts manufacturers, all are aggravated by the deep recession that has struck the country, beginning in late 1997 and dragging on to early 1999. High interest rates and overvalued currency also strongly affected employment in a negative sense” (Arbix e Zilbovicius 2000).

Os autores argumentam que no Brasil, a disputa pela chegada de novas empresas tem se processado sem um suporte institucional adequado. A esfera pública tem perdido sua capacidade de planejamento, e seu controle sobre estratégias de desenvolvimento. Os governos estaduais e locais tendem a subordinar suas políticas a estratégias privadas, identificadas como pertencentes ao interesse público. O caso aqui analisado apresenta, justamente, uma alternativa regional e integrada à guerra fiscal.

Em Santo André foi promovida uma cooperação entre prefeitura e empresa, por um lado, e uma negociação entre empresa e instancias de representação da sociedade civil, especialmente dos moradores do entorno, por outro. Para haver cooperação, neste caso, não é necessário compartilhar valores morais ou políticos, nem um senso comum de comunidade. Esta cooperação pode ser vista apenas como uma ação instrumental, tendo em vista a maximização de interesses. Neste caso, os conflitos

entre capital e trabalho não se reduzem, necessariamente, a um jogo de soma zero. Esta foi a posição sustentada pela empresa, assim como pelas lideranças populares locais. Cooperação com a prefeitura, negociação com a comunidade, cooperação esta – no sentido de “operar junto” fundamental na definição do processo de instalação da Usina, e de ganhar uma certa confiança dos interlocutores.

Como resultado final deste processo, pudemos constatar que, de fato, embora seja vantajoso para o município, a negociação se deu de forma pulverizada, sendo que as demandas locais (populares) dirigidas à empresa são muito fragmentadas. Tal fragmentação parece ser fruto do próprio processo, isto é, da maneira como ele foi conduzido, e das pessoas/entidades que dele participaram. Uma vez que o processo foi aberto, para todos aqueles que quisessem participar, as demandas se pulverizaram. Estritamente quanto ao meio ambiente, os órgãos que ajudaram a definir a contrapartida foram o SEMASA de Santo André e a Secretaria de Meio Ambiente de Mauá. Paralelamente, as demandas para a construção do centro comunitário e melhorias no entorno foram apresentadas pelas associações de entidades e discutidas diretamente com o representante da RR, como uma espécie de compromisso adicional estabelecido entre a empresa e os moradores do entorno, especialmente os favelados.

Neste sentido, as possíveis lições a serem extraídas deste estudo referem-se ao fato de que as demandas concretas que estão sendo apresentadas à firma em questão não têm capacidade de produzir nenhum tipo de impacto sócio-econômico local. Contudo, é necessário distinguir dois tipos de demanda, aquelas apresentadas pelos moradores do entorno diretamente à empresa, e aquelas apresentadas pela prefeitura municipal. Inclusive o tipo de apoio resultante das duas foi bastante diferente. A população organizada do entorno não mobilizou políticos a favor da empresa, mas compareceu às audiências públicas realizadas na Câmara Municipal. No final houve uma conciliação, no sentido de apresenta medidas como arborização de ruas, por exemplo, concentradas no entorno. Quanto à favela, a empresa se comprometeu a

doar os equipamentos do centro comunitário, mas dentro de um programa de urbanização da prefeitura que até ganhou um prêmio da ONU.

Concluindo: uma vez que o município apresente condições favoráveis à negociação, (e nesse sentido, voltamos a repetir, a existência de um mercado consumidor regional e a necessidade da empresa de ter acesso a insumos encontrados na região são condições absolutamente favoráveis à negociação), as demandas dirigidas às empresas deveriam ser estrategicamente elaboradas, no sentido de estarem conectadas a um plano de desenvolvimento local auto-sustentável, e/ou de mitigar impactos negativos acarretados pela implantação da firma no local, especialmente aquelas relacionadas a deteriorização do meio ambiente, como é o caso desta usina.

O Relatório de Impacto Ambiental apresentado pela empresa constatou que a usina não polui, pois elas irão substituir as caldeiras que atualmente produzem o vapor que a PQU consome. A prefeitura e o governo estadual concordam com esta conclusão do relatório. Mas, mesmo assim a empresa decidiu negociar para obter apoio, inclusive para que a prefeitura, segundo o representante da empresa, confirmasse os resultados do RIMA: “Se poluíssemos, não nos deixariam instalar a usina de jeito nenhum. Isso até gerou muitos ataques do tipo se não fosse poluir não precisava pagar compensações ambientais”.

Então, como se justifica, por parte da empresa, a contrapartida? Especialmente por dois motivos: porque apresentando uma contrapartida a pôde acelerar o tempo de espera para aprovação da instalação da Usina e, ao mesmo tempo, ela passou a contar com o apoio do Executivo Municipal, especialmente do prefeito e das Secretarias Municipais, tanto do ponto de vista da articulação política de apoio ao projeto, quanto da eliminação de obstáculos técnicos ou burocráticos. Ao mesmo tempo, o projeto, ao beneficiar os moradores do entorno obtiveram destes moradores, sua simpatia e, posteriormente sua aprovação.

VII. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Roberto Rodrigues (1994). “Descentralização Fiscal: Revendo Idéias.” Ensaio FEE 15(2):353-389.

AFONSO, José Roberto Rodrigues (1995). “A Questão Tributária e o Financiamento dos Diferentes Níveis de Governo.” In Rui de Britto Álvares Afonso e Pedro Luiz.

AFONSO, José Roberto Rodrigues, Júlio César Maciel Raimundo, e Erika Amorim Araujo (1998). “Breves Notas Sobre o Federalismo Fiscal no Brasil.” Mimeo.

AFONSO, Rui de Britto Álvares (1995). “A Federação no Brasil: Impasses e Perspectivas.” In Rui de Britto Álvares Afonso and Pedro Luiz Barros Silva, eds., A Federação em Perspectiva: Ensaio Selecionados. São Paulo, SP: FUNDAP.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares (1997). “Descentralização e Crise Federativa: A Especificidade do Brasil.” Paper presented at the XX International Congress of the Latin American Studies Association, Guadalajara, Mexico, April 17-19.

ARBIX, Glauco e Andrés Rodríguez-Pose, “Estratégias do Desperdício. A Guerra Fiscal e as Incertezas do Desenvolvimento”, in *Novos Estudos Cebrap*, nº 54, São Paulo, CEBRAP, July 1999.

ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.), *De JK a FHC: a Reinvenção dos Carros*, São Paulo, Ed. Scritta, 1997.

ARBIX, Glauco e Zilbovicius, Mauro. janeiro, “Local Adjustment to Globalization: a Comparative Study of Foreign Investment in Two Regions of Brazil, Greater ABC and Greater Porto Alegre” 2000 (mimeo).

- CAVALCANTI, Carlos Eduardo G., and Sérgio Prado (1998). Aspectos da Guerra Fiscal no Brasil. Brasília: IPEA.
- CLEMENTE, Roberta. “Câmara do Grande ABC – Pacto de Governança” in Fujiwara.
- CONCEIÇÃO, J., “ABC: Região em Mudança”, in Teoria e Debate, nº 37, fev/mar/abr, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.
- DANIEL, Celso and SOMEKH, Nadia, “Novas Estratégias de Ação Regional: a Experiência Recente da Câmara do Grande ABC”, mimeo, n/d.
- DEETZ, Stanley. “Transforming communication, transforming business: building responsive and responsible workplaces”/Stanley Deetz. SÉRIE: (The organizational experience in modern society).
- DOERINGER, Peter and David Terkla (1990). “Turning Around Local Economies: Managerial Strategies and Community Assets.” Journal of Policy Analysis and Management 9(4 Fall):487-506.
- DOERINGER, Peter and David Terkla (1992). “Japanese Direct Investment and Economic Development Policy.” Economic Development Quarterly 6(3 August):255-272.
- DOERINGER, Peter B., David G. Terkla, and Gregory C. Topakian (1987). Invisible Factors in Local Economic Development. New York and Oxford: Oxford University Press.
- FUNDAÇÃO SEADE, “Produtividade e Ajuste na Indústria Paulista – 1986/94, São Paulo, SEADE, 1995.

FUNDAÇÃO SEADE, “São Paulo no Limiar do Século XXI”, 8 volumes, São Paulo, 1992.

LEITE, Marcia de Paula s/d “Desenvolvimento Econômico Local e Trabalho: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil” (mimeo).

LEITE, Marcia de Paula, “Desenvolvimento Econômico Local e Descentralização na América Latina: a Experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil, CEPAL/GTZ, São Paulo, 1999.

TENDLER, Judith (2000). “The economic wars between the states” Cambridge, MIT - Draft, (mimeo) september.

VIII. ANEXOS

1. BREVE HISTÓRICO DA ROLLS ROYCE

As atividades da Rolls Royce vieram de um pequeno negócio estabelecido por Henry Royce em 1884. Em 1904, Royce construiu seu primeiro motor para carro e em maio daquele mesmo ano conheceu Charles Rolls, cuja companhia vendia carros de alta qualidade em Londres. Um acordo fez com que nascesse a Royce Lta, responsável pela manufatura dos carros vendidos exclusivamente pela CS Rolls & Co, sob o nome de Rolls Royce. O grande sucesso do empreendimento fez em 1906 com que fosse lançado em 1906 o Silver Ghost seis cilindros, o qual foi considerado o melhor carro do mundo no ano seguinte.

No início da Primeira Guerra Mundial, devido à alta demanda, Royce projetou seu primeiro motor para avião, o “The Eagle”, o qual foi responsável pelo primeiro vôo transatlântico direto, assim como o primeiro vôo da Inglaterra à Austrália, ambos realizados pela Vickers Vimy aircraft.

Em meados dos anos 20, a Rolls Royce desenvolveu o motor “R” para que a Grã-Bretanha entrasse no concurso internacional Schneider Trophy tal motor alcançou um novo recorde de 400 milhas por hora em 1931, estabelecendo um recorde tanto aéreo quanto marítimo. Sendo assim, a RR passou a ter tecnologia para fabricar o seu novo motor, o Merlin, o qual foi amplamente utilizado pela Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Com isso, a Rolls Royce tornou-se uma companhia relativamente importante no que se refere à produção de motores de propulsão aérea. Paralelamente, a Rolls Royce deu início ao desenvolvimento de uma turbina aérea de gás, a Welland, que foi utilizada em 1944.

A Rolls Royce também entrou no mercado de aviação civil posteriormente, fazendo com que seu principal motor tivesse uma grande aceitação na indústria de turbinas a gás. Já em 1990, a Rolls Royce formou uma joint venture com a BMW da Alemanha no que diz respeito a motores aéreos. O nome legal da companhia é Rolls-Royce Deutschland & Co Ltd KG.

Em 1995 a Allison Engine Company , em Indiana, foi adquirida, sendo responsável pelo motor AE3007, o qual é utilizado nos jatos regionais da Embraer.

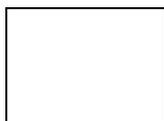
Em 1999, a Rolls Royce passa a controlar a joint venture Cooper Rolls, que é responsável pela produção de gás e óleo. Também adquiriu a National Airmotive na Califórnia.

Fonte: www.rollsroyce.com

2. PESQUISA NO JORNAL DIÁRIO DO GRANDE ABC

13/02 - 20h33
 Mauá discute termelétrica nesta 4ª

 Márcia Pinna Raspanti
 Do Diário do Grande ABC



A Prefeitura de Mauá realiza nesta quarta-feira reunião aberta à população para apresentar o projeto de instalação da usina termelétrica – movida a gás natural – que será construída no bairro de Capuava, ainda no município de Santo André. “A usina fica na divisa com Mauá e o impacto ambiental precisa ser discutido em termos regionais”, disse a secretária de Planejamento e Meio Ambiente de Mauá, Josiene Francisco da Silva.

Durante o encontro, os técnicos da Rolls-Royce Venture Ltda. – controladora da Capuava Cogeração, empresa responsável pela operação da usina – irão explicar o funcionamento da termelétrica e discutir os aspectos ambientais envolvidos na instalação. Segundo Josiene Francisco, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente ainda não tem parecer ambiental sobre a usina.

O gerente de desenvolvimento da Rolls-Royce Venture, Luís Otávio Aleotti, informou que a usina não causará nenhum impacto ambiental. “Iremos substituir os equipamentos atuais (caldeiras) por outros mais modernos. Os níveis de poluição irão continuar os mesmos produzidos atualmente, mas os benefícios econômicos serão muito grandes”, disse.

Além de tornar a Petroquímica União auto-sustentável em energia elétrica, com produção de 240 MW/hora, a usina irá gerar 500 toneladas/hora de vapor, usado como combustível pela empresa. De acordo com o gerente da Rolls-Royce, a usina não irá causar poluição sonora na região. “Nenhum ruído será ouvido fora da Petroquímica União. A usina fica enclausurada e contará com silenciadores. Nem mesmo o pessoal dos escritórios irá perceber o barulho”, disse.

A secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, Nádya Somekh, confirmou os benefícios econômicos que a usina irá trazer para a região. “É muito interessante do ponto de vista econômico. Quanto à questão ambiental, é importante que a empresa esteja

realizando essas reuniões para discutir a questão”, disse.

O projeto de instalação da usina está em fase de licenciamento junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e a audiência pública será realizada em 15 de março, em Santo André. A reunião de hoje acontece no auditório Doutor Vicente de Carvalho Bruno, no Paço Municipal de Mauá, às 18h.

Realização de reunião aberta à população para a discussão e explicação do funcionamento da Usina. O artigo faz referência aos impactos que a instalação da usina trará a região, defendendo a posição de que nenhum problema ambiental será causado. Além disso, também é dito que não haverá ruídos fora da PqU, pois a usina ficará fechada e possuirá silenciadores.

NOTÍCIAS ONLINE — Agosto de 2001

São Paulo, 2 de agosto de 2001

Licença ambiental para termelétrica de Capuava esbarra no uso de água

A Capuava Cogeração - subsidiária da Rolls Royce - aguarda apenas a emissão da licença ambiental para tocar o projeto de construir uma usina termelétrica na Petroquímica União. Como a licença não foi emitida no prazo inicialmente previsto - 31 de julho - a entrada em operação, prevista para dezembro de 2003, poderá ser prejudicada.

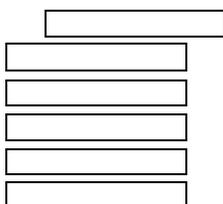
“A análise da licença está esbarrando no consumo de água para resfriamento dos reatores”, explica César Barlem, diretor industrial da Petroquímica União. O projeto de US\$ 400 milhões prevê a geração de vapor e energia elétrica a partir de um mix entre 85% de gás natural e 15% de gás de processo produzido pela petroquímica. “Como as turbinas irão queimar dois tipos de combustíveis, será necessário adicionar 90 m³ de água por hora para abater as emissões de NOx”, conta o diretor.

O impasse quanto ao consumo dessa água está na concessão restrita à petroquímica, o que impediria ser utilizada por terceiros - no caso a Capuava Cogeração.

O vapor gerado será disponibilizado à Petroquímica União, enquanto que a energia elétrica será vendida para as distribuidoras. (FB)

http://www.petroequimica.com.br/noticias/agosto2001/ago_1.html

O artigo trata do problema do uso de água que será utilizada no resfriamento dos reatores, pois será necessário adicionar 90m³ de água por hora para contrabalançar as emissões de Nox.



29/03 - 21h03

Sto.André cria comissão para acompanhar instalação de termelétrica

Do Diário do Grande ABC

A Câmara de Vereadores de Santo André aprovou nesta quinta a formação de uma comissão especial para acompanhar o processo de licenciamento e instalação da Capuava Cogeração no município – usina termelétrica que irá produzir 500 toneladas/hora de vapor para a Petroquímica União (PqU) e 240 MW de energia elétrica para ser comercializada pela Rolls Royce Powers Ventures.

Segundo o presidente da Câmara, Carlinhos Augusto (PT), a idéia é criar um fórum permanente de discussão sobre o empreendimento, composto por representantes do poder público, da sociedade civil e da própria Capuava Cogeração. “Numa primeira fase, vamos recolher informações e esclarecer dúvidas. Depois, vamos formar um grupo para acompanhar o processo”, disse.

Segundo Carlinhos, as principais questões apresentadas pelos vereadores se referem à contrapartida que o empreendedor dará ao município. “Não está claro se haverá compensações ambientais ou de outro caráter para Santo André. Não podemos esquecer, contudo, dos benefícios econômicos que a usina trará”, disse.

A comissão especial, composta por sete vereadores, reúne-se na terça-feira para estabelecer o cronograma de trabalho que será seguido. — MPR

[Redacted]

[Redacted]

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=198421>

O artigo trata da criação de uma comissão que irá verificar o processo de instalação da usina, criando também um fórum composto por representantes do poder público, da sociedade civil e da própria Capuava Cogeração, enfatizando os benefícios que a usina trará.

[Redacted]

17/05 - 21h35

[Redacted]

Consultor aponta falhas em projeto de termelétrica de Capuava

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

Márcia Pinna Raspanti
Do Diário do Grande ABC

[Redacted]

A instalação da Capuava Cogeração – usina termelétrica que produzirá 500 toneladas de vapor para a PqU (Petroquímica União) e 240 MW de energia para comercialização –, no Pólo Petroquímico, em [Redacted] ainda gera dúvidas e incertezas nos moradores e região.

Em reunião realizada quarta-feira na Câmara de Santo André, o professor Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e assessor técnico da Câmara, apresentou análise do EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental) apresentado pelo empreendedor à

Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Bermann apontou imprecisões do relatório, principalmente no que se refere à emissão de poluentes e ao aumento de consumo de água (serão mais 90 ton/hora de água). “De onde virá essa água e quem será o responsável por ela não fica claro, já que a Capuava Cogeração e a PqU são pessoas jurídicas diferentes”, disse.

Os cálculos sobre a emissão de poluentes foram considerados inadequados por Bermann. “O ar já está saturado naquela área, e a usina irá contribuir de forma significativa para o aumento da emissão de gases na atmosfera”, afirmou.

De acordo com o especialista, irá aumentar a emissão dos hidrocarbonetos (1.289%), compostos orgânicos voláteis (229,7%), dióxido de enxofre (124,5%) e monóxido de carbono (120,2%). “São componentes que trazem danos à saúde da população, principalmente ao aparelho respiratório”, disse.

O assistente de Qualidade e Meio Ambiente da PqU, Dilermando Nogueira, que estava presente na reunião, não concordou com as críticas de Bermann. “Gostaria de saber qual foi a metodologia usada pelo professor para chegar a esses resultados. Com certeza, foi diferente da utilizada no EIA-Rima.”

Nogueira disse também que o relatório é bastante claro quanto ao balanço hídrico. “A água que a PqU usa atualmente é captada no rio Tamanduateí e fornecida pelo Sama (Saneamento Básico de Mauá). A outorga que temos da Petrobrás é suficiente para o aumento de demanda, e estamos negociando com o Sama para recebermos maior quantidade de água tratada”, disse.

Câmara ainda fará série de reuniões



Do Diário do Grande ABC

Para esclarecer e debater os aspectos que envolvem a instalação da Capuava Cogeração no município, a comissão especial da Câmara de Santo André começou série de reuniões com especialistas, autoridades e entidades diretamente interessadas no assunto.

Serão mais quatro reuniões, sempre às quartas-feiras, às 16h, na Câmara, com a presença de Célio Bermann, consultor técnico do

Legislativo municipal, sindicatos, moradores e representantes do empreendedor. No dia 18 de junho, será realizado seminário em que será anunciada a posição oficial da Câmara sobre a termelétrica.

“Vamos nos posicionar claramente sobre o assunto: a favor ou contra. No caso de sermos favoráveis, iremos sugerir medidas mitigatórias, para evitar o impacto negativo no meio ambiente e na saúde da população”, disse o presidente da comissão, vereador Jurandir Gallo (PT).

Na primeira reunião, que ocorreu anteontem, Célio Bermann apresentou parecer técnico sobre o EIA-Rima (Relatório de Impacto Ambiental) e comentou as questões mais importantes, sobretudo relativas ao meio ambiente. “Fui chamado para fazer observações técnicas, e não para fazer qualquer tipo de juízo de valor”, disse Bermann. — MPR

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=208127>

O artigo trata das falhas apontadas no RIMA pelo consultor técnico e professor da USP, Célio Bermann, no que se refere aos problemas que poderão ser trazidos com a instalação da usina. Bermann aponta alguns tópicos que não estão bem explicados no EIA-RIMA, tais como de onde a água virá e o aumento da emissão de hidrocarbonetos na atmosfera. A metodologia utilizada pelo professor é colocada em dúvida, pergunta-se se ela fora a mesma utilizada na elaboração do EIA-RIMA.

18/06 - 21h12

Comissão deve acabar relatório sobre termelétrica

Márcia Pinna Raspanti
Do Diário do Grande ABC

A Câmara de Santo André realizou nesta segunda reunião para discutir a instalação da Capuava Cogeração, em Capuava, na divisa de Santo André e Mauá. A comissão especial criada pelos vereadores para analisar o assunto deve apresentar posição oficial na próxima semana.

O relatório final da Câmara será encaminhado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. “O parecer dos vereadores terá peso político importante”, disse Ricardo

Simonsen, responsável pelo EIA-Rima (Relatório de Impacto Ambiental). A Capuava Cogeração é usina termelétrica capaz de produzir 500 toneladas de vapor por hora para a PqU (Petroquímica União) e 240 MW/hora de energia que poderá ser comercializada pela Rolls Royce Powers Ventures, que vai operar a usina.

A instalação tem sido motivo de polêmica desde o início. Mesmo após duas audiências públicas, vários encontros com entidades e quatro reuniões na Câmara, nada está fechado. "Acho que a solução mais democrática é convocar um plebiscito", disse o presidente da comissão, Jurandir Gallo.

"Algumas questões precisam ser superadas para que a discussão possa avançar. Não tem sentido debater mais a possibilidade de a usina utilizar um combustível alternativo (óleo diesel)", disse Maurício Mindriz, superintendente do Semasa.

A idéia de criar uma comissão de monitoramento para controlar as emissões de poluentes na termelétrica foi bem aceita pelo empreendedor. "Cabe à cidade estabelecer como isso pode ser feito", disse Luís Otávio Aleotti Maia, gerente da Rolls Royce.

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=213798>

O artigo trata de uma das reuniões realizadas e ainda diz que há algumas questões ainda a serem superadas, no que diz respeito à instalação da usina. É citada também a possibilidade que seja criada uma comissão de monitoramento que controle a emissão de poluentes na termelétrica.

29/06 - 21h20

Câmara divulga relatório parcial sobre termelétrica

Márcia Pinna Raspanti
Do Diário do Grande ABC

A comissão especial da Câmara de Santo André divulgou na sexta relatório parcial sobre a instalação da Capuava Cogeração, usina termelétrica que irá produzir energia elétrica (240 MW) para ser comercializada pela Rolls Royce Power Ventures e vapor (500 toneladas/hora) para abastecer a PqU (Petroquímica União).

Os vereadores não apresentaram documento conclusivo, nem posição definida sobre o empreendimento. "Faltam muitas informações no EIA-Rima (Relatório de Impacto Ambiental) apresentado pelo empreendedor. Sem as complementações

que pedimos, fica difícil nos posicionarmos”, disse o presidente da comissão, Jurandir Gallo.

O documento dos vereadores pede esclarecimentos sobre o balanço hídrico, a emissão de poluentes e o custo de comercialização da energia elétrica que será produzida. A comissão propõe a criação de órgão municipal de controle com poder de fiscalização para empreendimentos que envolvam aspectos ambientais, como a Capuava Cogeração.

A comissão pede também que o empreendedor apresente documento no qual se compromete a utilizar apenas a mistura de gás natural e de processo como combustível (como está previsto no projeto), além de declaração da PqU e da Recap sobre a disponibilidade hídrica. “A primeira demanda já está respondida no EIA-Rima e será especificada na licença da Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental). Quanto ao segundo pedido, a declaração da PqU também está no relatório. As outras informações estão no documento que enviaremos à Cetesb, que está à disposição dos vereadores”, disse Luís Otávio Aleotti Maia, gerente de Desenvolvimento da Rolls Royce.

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=216028>

O artigo refere-se à divulgação do relatório parcial sobre a instalação da usina, mas os vereadores ainda não apresentaram um documento conclusivo, já que ainda faltam muitas informações no EIA-RIMA. O documento parcial pede ainda esclarecimentos alguns aspectos tais como: o balanço hídrico, a emissão de poluentes e o custo de comercialização da energia elétrica produzida.

Cidades

Construção de megacentro causa transtorno a moradores de Santo André

Moradores do bairro Vila Homero Thon enfrentam trânsito lento e barulho por causa das obras que levantarão a Cidade Pirelli

Trânsito lento nos horários de pico na Av. Giovanni Pirelli, demolição de 37 prédios desocupados e de três imóveis comerciais, retiradas de árvores, e muito barulho, são alguns dos problemas enfrentados por moradores do bairro Vila Homero Thon, em Santo André, para que se torne possível a obra que tira do papel a Cidade Pirelli.

O mega-empreendimento é uma espécie de cidade dentro de Santo André, que terá conjuntos empresariais e comerciais, rua 24h, áreas de lazer,

cinemas multiplex e até um hotel 4 estrelas, com 250 quartos. As obras que duplicarão a Av. Giovanni Pirelli, e que reurbanizarão um trecho de 600m, com iluminação, sinalização e paisagismo, estão em andamento, desviando o trânsito local.

Segundo o superintendente da Empresa Pública de Transportes de Santo André, Epeus Pinto Monteiro, em entrevista ao Diário do Grande ABC, o tráfego na área do desvio é satisfatório (lento, mas sem congestionamento) e a mudança ocorreu dentro do previsto pela EPT.

O projeto Pirelli, orçado em US\$ 200 milhões, ocupará uma área de 215mil m², sendo que, deles, 13 mil m² serão parte de uma praça pública com árvores de grande porte e equipamentos de lazer, como uma parede para a prática de alpinismo.

Uma segunda etapa do projeto está prevista para ser entregue em 2003, e inclui a entrega das calçadas mais longas de Santo André, com 9,5m de largura, e de mosaicos decorados.

Rafaela Assumpção

O artigo trata do aumento do tráfego na região onde será construída a cidade Pirelli. O superintendente da Empresa Pública de Transportes de Santo André, Epeus Pinto Monteiro, afirmou que o tráfego na área é satisfatório, conforme o que fora previsto pela EPT.

<http://www.imeswjabc.hpg.ig.com.br/animes/arquivo/animes04/materias/materia06.htm>

Sexta-feira, 16 de Março de 2001

CIDADE PIRELLI



Grupo italiano não pretende viver só de pneus. Está investindo US\$ 200 milhões num megaprojeto que reúne shoppings, cinemas e centros comerciais na Grande São Paulo

László Varga

Um empreendimento com 14 edifícios empresariais, dois shopping centers, salas de cinema multiplex, restaurantes, hotel e um pequeno parque florestal, a um custo de US\$ 200 milhões. E tocado pelo grupo industrial de pneus Pirelli. Surpreso? Pois esse é o ambicioso projeto que está sendo feito em Santo André, no ABC paulista, dentro de uma nova filosofia do conglomerado italiano. O grupo decidiu diminuir o peso dos pneus nos seus negócios e investir em produtos de alta tecnologia, ligados à telecomunicação e informática, e em atividades imobiliárias. De acordo com o presidente mundial do grupo, Marco Provera, a ordem é aceitar qualquer tipo de investimento com bom potencial de retorno. A Cidade Pirelli faz parte justamente dessa perspectiva. Ocupará uma área de 270 mil metros quadrados e deve abrigar as sedes de grandes grupos empresariais. A idéia tem sido desenvolvida com bastante sigilo. "Nós não estamos falando sobre esse assunto", declara por telefone, de Milão, o executivo Guerrino Savio, diretor da Pirelli & C. Real Estate, empresa que cuida das atividades não-industriais do grupo. DINHEIRO, no entanto, teve acesso ao megaprojeto. Ele se inspira no centro empresarial, universitário e de entretenimento La Bicocca, de 900 mil metros quadrados, que ocupa hoje o que era uma das principais áreas industriais da Pirelli em Milão. Para se ter uma idéia da importância dessa investida na Itália, o espaço abriga, por exemplo, o teatro que temporariamente apresenta as produções da famosa ópera Dalla Scala, em fase de restauração.

Próxima>>

http://www.terra.com.br/dinheironaweb/186/negocios/186_cidade_pirelli.htm

O artigo trata da Cidade Pirelli, projeto que será realizado na cidade de Santo André pela Pirelli, inspirado num projeto já realizado em Milão. Com isso, a Pirelli quer apostar numa nova filosofia, diminuindo o peso dos pneus em seus negócios e investindo em produtos de alta tecnologia.

<http://www.dgabc.com.br/economia/quemequem/pirellcabos.htm>

13/10 - 15h20

Futuro da termelétrica de Sto.André sai na 3ª

Márcia Pinna Raspanti
Do Diário do Grande ABC

O Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) decide na terça-feira se aprova ou não a instalação da Capuava Cogeração, usina termelétrica que deve ser construída na PqU (Petroquímica União), no bairro de Capuava, em Santo André, na divisa com Mauá. A usina está projetada para produzir 500 toneladas/hora de vapor para abastecer a PqU e 240 MW de energia para serem comercializados pela Rolls Royce Power Ventures.

A votação encerra a primeira fase do processo de licenciamento ambiental da usina, que compreendeu a apresentação de estudo de impacto ambiental à Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), duas audiências públicas e várias reuniões com diversos setores da sociedade dos dois municípios, como vereadores, empresários, sindicatos e comunidade.

Se o empreendimento for aprovado pelo Consema, recebe a licença provisória e inicia fase de ajustes técnicos para obter a licença de instalação junto à Cetesb. "A próxima etapa deve ser bem mais rápida, pois é estritamente técnica", disse o diretor do Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Sérgio Pascoal.

O Daia fez a avaliação da viabilidade ambiental do projeto que será apresentada no Consema. "O parecer é favorável e esperamos que o empreendimento seja aprovado pelo Consema, que é soberano para tomar a decisão", disse Pascoal.

Alguns pontos causaram apreensão e dúvidas durante o processo de licenciamento ambiental, que começou no início do ano. A emissão de poluentes provocou uma das polêmicas, já que a usina ficará numa área com problemas de qualidade do ar. "O monóxido de carbono e o ozônio são as substâncias que mais causam preocupação na região. Não haverá impacto negativo no ar e pode ocorrer até ligeira melhora", disse Pascoal.

O consumo de água da PqU irá aumentar em cerca de 10% (90 m³/hora) com a instalação da usina. "Não é um aumento considerado grande. Além disso, o consumo não ultrapassaria a atual outorga da PqU", disse Pascoal.

O gerente de desenvolvimento da Rolls Royce, Luís Otávio Aleotti Maia, está otimista quanto à aprovação do projeto. "O parecer conclui que o empreendimento não terá impacto ambiental negativo. Portanto, não há razão para ser rejeitado. Anexamos várias explicações adicionais e ajustamos alguns aspectos metodológicos. A Cetesb foi bastante rigorosa", disse.

O Ministério Público, que irá acompanhar a votação no Consema, mostrou-se cauteloso ao comentar o empreendimento. "Nossos técnicos vão analisar se as medidas apresentadas são suficientes para evitar impactos negativos. Mesmo que o projeto seja aprovado, o Ministério Público pode entrar com ações para evitar sua implementação, se julgar necessário", disse o assessor do CAO (Centro de Apoio Operacional) de Meio Ambiente, Marcos Destefine.

A votação acontece na terça-feira, às 9h, na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no bairro de Pinheiros, em São Paulo.

O artigo refere-se à última reunião que será realizada para aprovar ou não a instalação da Capuava Cogeração na divisa dos municípios de Mauá e Santo André, encerrando assim a primeira fase do processo de negociação da usina, pois a segunda deverá ser realizada mais rapidamente, já que diz respeito somente a detalhes técnicos. O Consema apresenta-se soberano para tomar a decisão. Afirma-se que não ocorrerão problemas relacionados ao meio-ambiente com a instalação da termelétrica na região. O Ministério Público pode intervir por meio de técnicos que analisarão se as medidas apresentadas serão suficientes para evitar impactos negativos.

* Talvez o mais interessante desse artigo seja o fato de que uma possível intervenção do Ministério Público possa ocorrer no processo de instalação da usina.

Projeto ambiental terá R\$ 3,7 mi



Do Diário do Grande ABC

A Capuava Cogeração será instalada no bairro de Capuava, na divisa entre Santo André e Mauá, e a Rolls Royce Power Ventures já definiu que irá investir R\$ 3,7 milhões em programas de compensação ambiental. A verba será dividida entre os

dois municípios e contempla também projeto de conservação e recuperação da Reserva Biológica do Alto da Serra do Mar.

“Determinamos que uma porcentagem do investimento total seja destinado a programas desse tipo. O empreendedor pode indicar os projetos, que são discutidos previamente com a sociedade, ou criar um fundo para recuperação ambiental”, disse o diretor do Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), Sérgio Pascoal.

O empreendedor e as prefeituras deverão apresentar relatórios para que a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) possa fiscalizar a implementação e o funcionamento dos programas. “Sugerimos uma série de medidas socioambientais que contemplassem saúde pública e meio ambiente, pontos que serão mais vulneráveis ao empreendimento”, disse a secretária de Planejamento e Meio Ambiente de Mauá, Josiene Francisco.

Em Mauá, os beneficiados serão cinco programas ligados a arborização, emprego e renda, cercamento dos parques Guapituba e Gruta Santa Luzia, doação de unidades volantes de fiscalização ambiental e complementação dos equipamentos das Unidades Básicas de Saúde dos bairros de entorno do empreendimento.

Santo André terá programas ligados a reflorestamento, piscicultura, controle da qualidade do ar, geração de renda, além da conversão da frota do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), movida a gasolina, para o gás natural e fornecimento de equipamentos para o Centro Comunitário Capuava.

O empreendedor se compromete também a se submeter a uma comissão permanente de fiscalização, formada por representantes dos dois municípios, tanto das prefeituras quanto da sociedade civil. “Os instrumentos de fiscalização apresentados pela empresa, principalmente a comissão independente, são pontos a favor do empreendimento”, disse Maurício Mindriz, superintendente do Semasa. — MPR

O artigo está tratando do investimento de R\$3,7 milhões feito pela RR na região. A verba será dividida entre os dois municípios contemplando alguns projetos a serem realizados na região. O empreendedor também se comprometeu a ser submetido a uma comissão de fiscalização.

Usina divide ambientalistas



Do Diário do Grande ABC

A instalação da Capuava Cogeração em Santo André divide as opiniões dos ambientalistas do Grande ABC. Fábio Vital, presidente do Instituto Acqua e conselheiro executivo do Fórum da Cidadania, disse que o empreendimento é viável e irá fortalecer a cadeia produtiva na região. “É preciso analisar o projeto na sua totalidade, sem esquecer nenhum aspecto”, disse.

Para Vital, as termelétricas são boa alternativa para a crise de energia que assusta o país com a ameaça de apagões. “É uma das formas de preservar os mananciais e manter a sua função principal, que é abastecer a população”, afirmou.

O ambientalista Carlos Bocuhy, membro do Consema, é contra a instalação da Capuava Cogeração. “A área já é bastante saturada e uma usina desse tipo só irá trazer prejuízos à saúde pública”, disse.

Bocuhy acredita que o empreendimento terá o aval do Consema. “O Consema vai aprovar por causa dos interesses econômicos e privados, o que não quer dizer que a usina vai ser instalada. Se for necessário, entraremos na Justiça para impedir que isso ocorra”, afirmou.

José Contreras Castilho, do Gesta (Grupo Ecológico Salve o Tamanduateí), também acredita que o local em que a usina será instalada não é adequado, pois já é uma área com problemas de poluição. “O local já é muito impactado. Além disso, a energia produzida não irá permanecer necessariamente na região”, disse. — MPR

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=236787>

O artigo trata da divisão dos ambientalistas frente à instalação da usina em Santo André. É ressaltada que, com a crise de energia, as termelétricas podem ser uma boa alternativa. Mas também não se pode esquecer de que a região já está bem saturada no que se refere à emissão de poluentes.

15/10 - 20h26

Consema vota 'criação' de termelétrica em Capuava

Márcia Pinna Raspanti
Do Diário do Grande ABC

Nesta terça, às 9h, acontece a votação do Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) sobre a instalação da Capuava Cogeração – usina termelétrica que irá produzir 500 t/hora de vapor para a Petroquímica União (PqU) e 240 MW de energia para ser comercializada pela Rolls Royce Power Ventures.

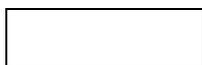
A Capuava Cogeração será construída na área da Petroquímica União (PqU), no bairro de Capuava, na divisa entre Santo André e Mauá. O empreendimento está em processo de licenciamento ambiental desde o início do ano e, se for aprovado pelo Consema, irá obter a licença provisória da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), que encerra a discussão sobre o impacto ambiental da usina na região.

A licença de instalação, que é necessária para o início das obras, é dada após o fechamento das questões propostas no parecer do Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental). “A próxima fase do processo é bastante técnica e será discutida diretamente com a Cetesb. Até o fim do ano, deve estar resolvida”, disse o gerente de Desenvolvimento da Rolls Royce, Luís Otávio Aleotti Maia.

O relatório do Daia analisou a viabilidade ambiental do empreendimento e concluiu que não haverá impacto negativo na região, desde que sejam seguidas todas as exigências da Cetesb. O Consema possui 36 conselheiros, sendo que seis deles pertencem à chamada ‘bancada ambientalista’ – pertencentes a ONGs ou entidades ligadas ao meio ambiente.

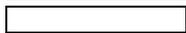
O urbanista e ambientalista Roberto Saruê, do Movimento Defenda São Paulo e membro do Consema, disse que ainda tem muitas dúvidas sobre a usina. “Vamos questionar alguns pontos, como a emissão de poluentes, o aumento de ruídos e o consumo de água. Só então, decidirei o meu voto”, disse.

Segundo Saruê, o relatório do Daia não dimensiona estas questões de forma adequada. Ele dá como exemplo a questão do consumo de água. “O aumento de consumo está dentro do permitido, mas não se sabe o que isso pode causar nos rios e reservatórios da região que estão sobrecarregados.”



O artigo trata da votação que decidira se a usina deverá ser instalada ou não. Segundo o relatório final realizado pelo DAIA, a instalação da usina não deverá trazer impactos negativos à região, desde que sejam seguidas todas as exigências feitas pela CETESB. Mas de acordo com o urbanista e ambientalista Roberto Saruê, do Movimento Defesa São Paulo e membro do Consema, disse que ainda há algumas dúvidas sobre a usina, pois o relatório do DAIA não dimensiona algumas questões de forma adequada.

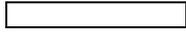
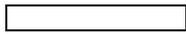
<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=237164>



16/10 - 22h12

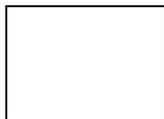


Consema aprova termelétrica no ABC



Márcia Pinna Raspanti

Do Diário do Grande ABC



O Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) aprovou nesta terça-feira o projeto da Capuava Cogeração, usina termelétrica que será instalada junto à PqU (Petroquímica União), em Capuava, na divisa de Santo André com Mauá. Foram 22 votos a favor, cinco contra e duas abstenções.

Segundo o secretário estadual do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli, não havia motivos para que o empreendimento fosse rejeitado. "A secretaria se cercou de todo o cuidado que o projeto exigiu. É um empreendimento importante para a região e não vejo porque não assumir uma postura favorável", disse. A Capuava Cogeração

produzirá 500 toneladas por hora de vapor para a PqU e 240 MW de energia elétrica, que serão comercializadas pela Rolls Royce Power Ventures.

A aprovação do Consema encerra a fase de discussões públicas do licenciamento ambiental e permite que o empreendimento receba a licença provisória da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Para iniciar a construção, é necessária a licença de instalação, que depende de alguns ajustes técnicos entre o empreendedor e a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental).

Durante a apresentação, o representante do Ministério Público, José Carlos Meloni Sicolli, questionou a tecnologia que será empregada para a redução nas emissões de poluentes. “A legislação é clara: é obrigatório usar a melhor tecnologia existente em áreas saturadas, como Capuava. Peço que o empreendedor faça estudos que comprovem que será usada a melhor alternativa”, disse. Ricardo Simonsen, responsável pelo estudo de impacto ambiental, afirmou que a alternativa proposta pelo promotor (redução catalítica) não é adequada para a Capuava Cogeração porque será usada uma mistura de gás natural e gás residual.

O promotor propôs também que o empreendedor apresente relatórios semestrais de estudos feitos nos Estados Unidos sobre sistemas de controle de poluentes, para que possam ser implementadas novas tecnologias no decorrer do processo. As sugestões do Ministério Público foram aprovadas por 27 votos a um, com uma abstenção.

A bancada ambientalista, com seis representantes de ONGs (Organizações Não Governamentais), votou contra o projeto. “Não nos convencemos de que o empreendedor usará a melhor tecnologia”, disse Carlos Bocuhy, da campanha Billings, Eu Te Quero Viva!.

Repúdio – Os ambientalistas apresentaram no Consema um documento de repúdio à atuação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ao secretário Ricardo Tripoli. O secretário disse que o intuito dos ambientalistas foi tumultuar a sessão. “Vou ler o documento e responder na próxima reunião os pontos levantados. Não respondi nesta terça para evitar que a votação fosse prejudicada”.

Relatório da Câmara pede plebiscito



Do Diário do Grande ABC

A Comissão Especial de vereadores da Câmara de Santo André divulgou nesta terça seu relatório sobre a instalação da Capuava Cogeração. Os vereadores são favoráveis à usina e concluíram que o empreendimento é necessário para a consolidação do Pólo Petroquímico. O relatório, porém, pede um plebiscito com os moradores para que estes aproveem a instalação.

Para o presidente da comissão especial, o vereador Jurandir Gallo, a Capuava Cogeração é benéfica para o desenvolvimento da região. "Somos favoráveis, desde que o empreendedor cumpra todas as exigências dos órgãos ambientais", disse.

A comissão pede que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente se manifeste sobre a realização de um plebiscito com os moradores de Santo André para decidir sobre a instalação da usina de cogeração. "Quem dá a licença, no caso a secretaria, é responsável pela convocação do plebiscito", disse Gallo. A assessoria de imprensa da secretaria informou que o documento começará a ser analisado na quarta-feira e não há prazo para responder às questões comissão sejam respondidas. O documento foi protocolado nesta terça.

A comissão especial é formada por seis vereadores e foi criada para acompanhar o processo de instalação da Capuava Cogeração. O grupo, assessorado pelo professor Célio Bermann, fez cinco reuniões com especialistas e representantes de entidades ambientais para debater o empreendimento.

Investimento em educação ambiental



Do Diário do Grande ABC

A Capuava Cogeração, como todo empreendimento potencialmente causador de impactos ambientais, irá destinar recursos a programas de compensação ambiental em Santo André e Mauá, e na Reserva

Biológica do Alto da Serra, em Paranapiacaba.

Ao todo, serão mais de R\$ 3,7 milhões para programas socioeducativos. O representante do Ministério Público no Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), José Carlos Meloni Sicoli, propôs que os recursos fossem usados em programas de tratamento de esgotos nos dois municípios.

O promotor acredita que a verba poderia ajudar os municípios a resolver o problema dos esgotos que hoje são jogados in natura nos rios e reservatórios. "É preciso fazer as ligações do esgoto dos municípios ao coletor-tronco da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). É um passivo ambiental que não pode ser esquecido", disse.

A proposta será encaminhada à Cetesb e a sua viabilidade será discutida com os municípios. As 16 medidas já estabelecidas pelo empreendedor compreendem programas de reflorestamento, arborização, preservação de reservas naturais, além de compra de equipamentos de saúde e de controle ambiental.

Segundo o superintendente do Semasa, Maurício Mindrizz, a principal medida adotada pelo empreendedor é a formação de um grupo independente de monitoramento e fiscalização. "É a melhor forma de acompanharmos de perto todo o processo", disse.

O artigo refere-se à decisão final favorável à implantação da usina Capuava Cogeração, junto à Pqu A aprovação do Consema põe um fim à fase de discussões públicas do licenciamento ambiental e permite que o empreendimento receba a licença provisória da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Para o início da construção, é necessária a licença de instalação, que depende somente de alguns ajustes técnicos entre o empreendedor e a CETESB. A tecnologia que será empregada para a redução nas emissões de poluentes também foi questionada. O artigo também trata da verba que será dada à região por parte da RR.

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades0.idc?conta1=237454#Relat>

23/10 - 19h53

UniABC compra o clube da Pirelli para fazer faculdade

Samir Siviero

Do Diário do Grande ABC

O reitor da UniABC (Universidade do Grande ABC), Azurem Ferreira Pinto, e o presidente da Pirelli do Brasil, Giorgio Della Seta, assinaram na Prefeitura de Santo André o contrato de venda do clube da Pirelli e de uma área de 25 mil m² para a construção de um novo campus da universidade. A UniABC é o primeiro investidor privado a comprar uma área dentro do projeto Cidade Pirelli, parceria entre a empresa italiana e a Prefeitura de Santo André, que prevê a reurbanização da Vila Homero Thon com instalação de blocos comerciais, cinemas, hotel, centro de convenções, entre outros investimentos.

O terreno e o clube, que totalizam uma área de 39 mil m², foram comprados por cerca de R\$ 7 milhões pela universidade, que prevê investimento de cerca de R\$ 60 milhões para construir o novo campus. O local deve estar em funcionamento em 2004. A estrutura do Clube da Pirelli será aproveitada para a instalação da faculdade de Educação Física da UniABC, mas os associados do clube poderão utilizar as dependências do clube pelos próximos dois anos, tempo em que a empresa italiana deve definir se constrói um novo complexo esportivo para os funcionários ou se prorroga a parceria de utilização do espaço.

"Nossa intenção é iniciar a obra o mais rápido possível, mas a construção deve demorar cerca de dois anos para ficar pronta. Como estamos no limite da ocupação do primeiro campus, temos necessidade de expansão, e fazer parte do projeto Cidade Pirelli é muito interessante", disse o reitor.

O prefeito de Santo André, Celso Daniel, presente ao evento, espera que a adesão da UniABC ao projeto desperte o interesse de outros investidores. "Esse é o primeiro passo fundamental para o sucesso do Cidade Pirelli."

O presidente da Pirelli afirmou que ficou contente por ser uma universidade o primeiro investidor do projeto. "Essa adesão é um fato um pouco simbólico porque já estamos há quase cinco anos neste projeto. Acho que é um bom começo ter uma atividade cultural que envolve jovens como primeiro parceiro", disse Della Seta.

O prédio que a UniABC construirá na Vila Homero Thon terá quase a mesma capacidade do campus que fica na avenida Industrial. Segundo o reitor, o novo campus terá aproximadamente 50 mil m² e o outro tem cerca de 75 mil m².

<http://www.dgabc.com.br/Setecidades/Setecidades.idc?conta1=238947>

O artigo trata da compra da construção de um novo campus da UniAbc, como fruto do projeto cidade Pirelli e que ainda prevê a reurbanização da Vila Homero Thon. A universidade foi o primeiro investidor do projeto, envolvendo jovens como primeiro parceiro.

NEGÓCIOS/MERCADO**Nº 74 – Abril/Maio de 2001**Página Anterior **PETROQUÍMICA**[PqU prevê investir US\\$ 300 mi](#)**DESEMPENHO**[Lucro da Unipar cresce 50%](#)**POLIBRASIL**[Expansão em Mauá termina em 2002](#)**ENERGIA**[Racionamento pode causar desastre](#)**IPIRANGA**[Prazo para proposta de reestruturação](#)**DEFENSIVOS**[Fusões no mercado nacional](#)**PLÁSTICOS**[Bahia tem baixo nível de reciclagem](#)**CLORO**[Executivos discutem o futuro](#)**EASTMAN**[Divisão em companhias independentes](#)**AGROTÓXICOS**[Investimento na coleta de embalagens](#)**CFC**[Produto fica mais caro com restrição](#)**SERVIÇOS**[Rhodia premia empresas de transportes](#)**RHODIA**[Certificação de segurança e meio ambiente](#)**RHODIA-STER**[Investimentos em resinas no Nordeste](#)**POLIURETANO**[Conferência e exposição em São Paulo](#)**QUIMTEC**[Seminário sobre gestão ambiental](#)**SOLVAY/BP AMOCO**[Empresas fazem acordo internacional](#)**PETROQUÍMICA**

PqU prevê investir US\$ 300 mi

O ano 2000 foi bem próspero para a central de matérias-primas do pólo paulista – a Petroquímica União (PqU). A empresa terminou o ano com o faturamento bruto 64% maior que o ano anterior, valor superior a R\$ 1,7 bilhão. A maior façanha da empresa foi o lucro líquido obtido no período, de R\$ 132 milhões. Com esse valor, a PqU atinge lucro recorde, que em 1999 foi de R\$ 72 milhões, indicando um crescimento de 83% em 2000.

A receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 63% em relação ao ano anterior e as despesas operacionais diminuíram 20% no mesmo período. A empresa também bateu o recorde em vendas no ano passado, negociando 1,6 milhão de toneladas de produtos petroquímicos. Segundo o diretor financeiro da PqU, Fernando Mieli, “a rígida administração do fluxo de caixa, com a conseqüente diminuição dos custos fixos e variáveis, além da redução do serviço financeiro da dívida, possibilitaram a conquista desses resultados”.

Planos de expansão

Com o retorno de Wilson Koji Matsumoto, após 11 anos, como o novo diretor superintendente da PqU, um dos atuais objetivos da empresa é expandir suas atividades e participação no mercado. A estratégia é aumentar em 25% a capacidade de produção de eteno, que das 500 mil toneladas produzidas passará a 630 mil toneladas anuais. Isso graças ao uso de gases das refinarias do Estado de São Paulo como matéria-prima. Para esse projeto, a empresa pretende investir cerca de US\$ 100 milhões. Mas a ambição do plano de expansão da empresa é sua duplicação, que pretende aumentar a produção de eteno para mais de 1,1 milhão de toneladas ao ano.

Um salto da empresa foi a entrada no setor de combustível. Desde o início deste ano, a PqU está operando no mercado de gasolina e pretende atingir, em alguns meses, o volume máximo estipulado pela Agência Nacional de Petróleo, de 25 mil m³ mensais. Outro empreendimento da PqU está relacionado a geração e consumo de energia. Para tanto, a empresa investirá US\$ 200 milhões em parceria com a Rolls-Royce Power Ventures para um esquema de cogeração. A Rolls Royce será responsável pela implantação e operação da usina com capacidade de geração de 240 MWh de energia elétrica e 500 ton/h de vapor de alta pressão. O início dessa operação está previsto para 2003. A empresa buscará também a auto-suficiência em energia elétrica, com o uso de um turbogerador de 17 MW, projeto já iniciado.

Meio ambiente

Preocupado com a escassez de água do rio Tamanduateí, o Pólo petroquímico de São Paulo criou um convênio entre onze empresas, sob a liderança da PqU, a fim de amenizar a utilização de água potável em suas produções.

O convênio, denominado Aquapolo, analisa um projeto de captação de 500 litros/segundo de água do rio Tietê, no município de Suzano, suprindo a estação de tratamento de água da Refinaria de Capuava através de um aqueduto. O valor estimado para a realização do projeto é aproximadamente de R\$ 25,6 milhões e possibilitará água potável para a população, além da redução de custos às empresas.

Há também estudos quanto ao reuso da água gerada pelo tratamento de esgoto do município de Mauá ou Santo André por parte das empresas envolvidas.

Sistema único de representação

A fim de estreitar o relacionamento entre seus colaboradores e os representantes do sindicato dos Químicos, a PqU implantou o Sistema Único de Representação (SUR). Com o novo sistema, a empresa tornou-se a pioneira do Pólo petroquímico de Capuava a implantar essa idéia.

A integração entre a PqU e o sindicato terá maior representatividade dos funcionários, que levarão à empresa os assuntos referentes a relações trabalhistas. Nove representantes da petroquímica trabalharão simultaneamente em dois comitês: o CIPA – Empregados e o Relações Trabalhistas.

O SUR permite a reunião de diversos modelos de representação existentes nas empresas, como os de natureza legal e os resultantes de acordos com o sindicato, como a Comissão para o Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

<http://www.signuseditora.com.br/Qi-74/QInego74.html>

O artigo fala do aumento da receita gerada pela Pqu em 2000, citando os investimentos que serão realizados na região. Também é citado o convênio Aquapolo, um projeto de captação de 500 litros/segundo de água do rio Tietê.

O artigo fala de um sistema único de representação, o SUR, que trará uma maior integração entre a Pqu e o sindicato.

EU ME VIRO S/A

Empresas investem em autogeração, escapam da crise e ainda lucram

Mariana Barbosa



As empresas que nos últimos anos investiram em autogeração de energia estão entrando na era do racionamento não apenas com a produção garantida, mas com uma boa oportunidade nas mãos. Um dos maiores consumidores de energia do País, a Companhia Siderúrgica Nacional investiu US\$ 470 milhões em autogeração desde 1995. Agora, com os preços da energia cotados a R\$ 460 o megawatt hora, está faturando mais de R\$ 2 milhões por dia. Com uma central termelétrica que faz o reaproveitamento do vapor emitido no processo de fabricação do aço e participação acionária em duas hidrelétricas, a CSN gera energia suficiente para atender o próprio consumo de 385 MW e ainda sobram 35 MW para negociar no mercado. Mas como a siderúrgica tem um contrato com a Light de fornecimento de energia subsidiada para atender 50% de sua demanda, a sobra de 192 MW ela revende para o próprio sistema de abastecimento a preços de mercado. Estima-se que a CSN compre energia a R\$ 60 o MW e revenda a R\$ 460. É um baita negócio. O lucro repentino, porém, não irá fazer da CSN uma empresa de energia. Em julho, ela deve colocar sua termelétrica a venda.

**Termelétrica da CSN:**

lucro diário de R\$ 2
milhões com excedente

Menos sorte teve a Petroquímica União. A empresa tem um projeto de US\$ 230 milhões de geração de energia mas, devido a atrasos na instalação de equipamentos e na liberação da licença ambiental, só deverá entrar em funcionamento em 2003. Erguida em parceria com a Rolls Royce, a usina termelétrica terá capacidade de gerar 240 MW. "É suficiente para abastecer as duas empresas e ainda fornecer para a Eletropaulo", diz Jorge Rosa, assessor de desenvolvimento de negócios da PQU. A crise passa longe do setor de açúcar e álcool. Há anos as usinas são auto-suficientes em energia, gerada com queima do bagaço da cana. Algumas poucas foram mais longe e hoje faturam com os excedentes. Das 200 usinas do Estado de São Paulo, dez viraram fornecedoras de energia. A maior delas é a Companhia Açucareira Vale do Rosário, de Orlandia: ela gera 45 MW, dos quais consome apenas 15 MW. A sobra é vendida para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e serve para abastecer 100 mil casas da região. De quebra, a Vale embolsa R\$ 1,7 milhão, cerca de 10% de suas receitas. "Quando começamos a vender energia, há dez anos, o MW valia R\$ 12. Hoje vendemos a R\$ 80", festeja Fernando Bordonal, engenheiro industrial da Vale do Rosário. Por conta da demanda, a usina está investindo na ampliação da capacidade.

**Rosa, da petroquímica**

União: investimento em usina de US\$ 230 milhões tornará empresa auto-suficiente

Embora os exemplos sejam expressivos entre os grandes, ainda dá para contar nos dedos o número de empresas de médio e pequeno porte que possuem sistemas de autogeração. O número, no entanto, está crescendo. Cerca de 30 projetos deverão sair do papel até o fim do ano, segundo previsões da Guascor, empresa espanhola de desenvolvimento de projetos de energia auto-sustentáveis que há três anos atua no País. Segundo o gerente de vendas Ivan Marimon, a empresa desenvolveu apenas um projeto em 2000, para um hospital do Espírito Santo. Este ano, 15 já estão na prancheta.

Colaborou László Varga

http://www.terra.com.br/dinheironaweb/199/economia/199_eu_me_viro_sa.htm

O artigo trata de empresas que investem em processos que as tornem auto-suficientes em energia, citando o caso da Petroquímica União.

Rolls-Royce poderá produzir turbina para energia elétrica

O presidente mundial da Rolls-Royce Power Ventures, Kevin Smith, admitiu quarta que a fábrica de manutenção de motores aeronáuticos da Rolls-Royce Brasil, em São Bernardo, poderá ser utilizada também para fabricação de turbinas de geração de energia elétrica. Ele disse que a produção de turbinas ainda não é viável porque a Rolls-Royce fabrica versões dos equipamentos com capacidade de geração de até 50 Mw (Megawatts) enquanto os 59 projetos de termogeração em andamento no país exigem equipamentos com capacidade de 120 Mw. "Estamos sempre interessados em expandir nossas atividades e aguardamos melhores

condições de mercado para a fabricação.”

Smith afirmou que a Rolls-Royce Power Ventures vai investir US\$ 500 milhões no Brasil até 2003 –, US\$ 100 milhões em recursos próprios e o restante graças a captações no mercado financeiro. O dinheiro será investido em seis novos projetos mantidos em segredo, metade deles na região Sudeste. Ele acredita que em cinco anos as usinas de termogeração no Brasil terão capacidade de produzir 8 mil Mw. O executivo chegou ontem de Londres especialmente para participar da audiência pública que será realizada hoje, às 19 horas, no Teatro Municipal de Santo André, para expor o projeto de instalação da usina Capuava Cogeração. A empresa busca apoio público ao empreendimento, capaz de gerar 120 Mw de energia elétrica e 500 toneladas/hora de vapor dentro da Petroquímica União (PqU).

A audiência pública é parte do processo para obter a licença de funcionamento junto aos órgãos de controle ambiental. Depois da audiência, o projeto da Capuava Cogeração será submetido a análise técnica da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A Rolls-Royce já desembolsou US\$ 22 milhões para a compra de duas turbinas Westinghouse de 120 Mw que serão instaladas na PqU. A obra vai consumir US\$ 200 milhões. Os equipamentos deverão ser entregues no primeiro trimestre de 2002 e a entrada em operação da usina está prevista para o primeiro trimestre de 2003.

Smith disse que manteve contatos com a PqU, compradora do vapor produzido pela usina para uso em sua produção, com a Comgás, que fornecerá o combustível utilizado pelas turbinas, e com a Eletropaulo, possivelmente a principal compradora dos 249 Mw de energia elétrica gerados. “A Eletropaulo está muito bem posicionada, até porque ela é a concessionária da região”.

A Rolls-Royce Power Venture investiu US\$ 18 milhões para a construção de uma usina de termogeração a gás com 17 Mw, que já está em operação dentro da PqU.

Roney Domingos

http://www.koblitz.com.br/clipping/sem_19mar/not_rollroyce.html

O artigo fala de outros projetos que serão realizados pela RR principalmente na região sudeste, pois a empresa britânica quer investir cerca de US\$500 milhões até 2003 no Brasil. O artigo também fala da vinda do presidente da RR, Kevin Smith,

ao Brasil, para participar de uma audiência pública realizada em Santo André com o intuito de obter a licença de funcionamento junto aos órgãos de controle ambiental.

PqU adquire turbinas da britânica Rolls-Royce

A Petroquímica União (PqU) firmou acordo com a multinacional britânica Rolls-Royce para se tornar auto-suficiente em energia já no início de 2003. O acordo prevê que a Rolls-Royce implantará no parque da petroquímica, em Santo André, São Paulo, duas turbinas a gás que produzirão, simultaneamente, energia e vapor.

As duas turbinas terão potência de 250 MW. Desse total, a PqU utilizará cerca de 15 MW de energia da potência instalada - a petroquímica gera atualmente entre 8MW e 12 MW. O investimento será de R\$ 300 milhões. A energia produzida além da necessidade da PqU, conforme o contrato firmado com a Rolls-Royce, será vendida diretamente pela empresa britânica a terceiros. "O projeto é importantíssimo para a Petroquímica União, pois nos tornará auto-suficientes em energia, além de nos fornecer vapor, insumo necessário para a empresa fazer o aquecimento de produtos aqui fabricados", explicou o gerente industrial da PqU, Adalberto Giovanelli Filho.

A expectativa sobre o novo negócio é grande também na Rolls Royce que já encomendou as duas turbinas à americana Westinghouse, mesmo em meio ao elevado número de pedidos que a indústria fabricante de turbinas está registrando nesse período. Além disso, o conglomerado britânico já está negociando a venda futura de energia com a empresa de eletricidade de São Paulo, a Eletropaulo Metropolitana, além de oferecer o serviço a outras empresas do pólo petroquímico em Santo André.

"A questão do gás chegou a atrasar o cronograma do projeto elaborado há dois anos. Mas agora acreditamos tanto na solução dessa questão que já foram encomendadas as turbinas", explica Giovanelli. A questão do gás é o preço dolarizado cobrado pela Petrobras no gás de origem boliviana que abastecerá as turbinas - a Rolls-Royce compra da Comgás que, por sua vez, é abastecida pela estatal. O repasse desse custo em dólar não era autorizado pelo governo. Com a atual crise no abastecimento de energia, no entanto, o governo está revendo essa decisão e, segundo fontes do setor, deverá ser criada uma conta de compensação para essa diferença tarifária.

A Rolls-Royce e a Petroquímica União ainda estão aguardando a liberação, pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente, da licença ambiental. Mas já prepararam o local que receberá as duas turbinas no bairro de Capuava, em Santo André.

Cláudia Lobo

http://www.koblitz.com.br/clipping/sem_30abr/not_pqu_turbinas.html

O artigo fala que com a instalação da usina, a Pqu tornar-se-á auto-suficiente em energia. Além disso a empresa britânica também já está negociando a venda de energia a empresa de eletricidade de São Paulo, a Eletropaulo Metropolitana.

Brasil Energia

Nº 224 - Julho de 1999

Venda de excedente da PqU

A Rolls Royce Power Ventures (RRPV) está negociando com três concessionárias a venda da energia excedente a ser produzida pela futura Fase 2 da termelétrica que será instalada na Petroquímica União (PqU), em São Paulo. Estão concorrendo distribuidoras instaladas tanto dentro quanto fora de São Paulo. Os vencedores vão pôr em seus sistemas os 150 MW cogeraados, a gás natural (investimento total de US\$ 200 milhões), que serão fornecidos pela Fase 2. Quem está negociando com as distribuidoras é a Companhia de Propósito Especifico (CPE) Capuava Cogeração, subsidiária integral da RRPV, que deverá assinar os contratos em no máximo 90 dias.

A Fase 1, que está sendo concluída na área de produção da PqU, vai fornecer a partir de novembro à petroquímica um bloco de energia que pode chegar a 17 MW. Essa planta termelétrica (que fornecerá por 20 anos) já tem licença de operação expedida pelos órgãos ambientais de São Paulo e só aguarda a autorização de funcionamento a ser liberada pela Aneel. Cesar Agra, diretor regional da RRPV, disse que a empresa vai abrir a um produtor independente a sociedade da Capuava Cogeração. O negócio, segundo ele, deve estar concluído até o fim de julho.

A RRPV ainda está tentando viabilizar o projeto de financiamento da Fase 2, que será instalada em área contígua à PqU, porém fora do setor de produção. Também vai fornecer à PqU 350 t/h de vapor, à pressão de 114 BAR. O contrato de fornecimento de 1,1 milhão de m³/dia de gás foi assinado com a Comgás em dezembro de 1998 e pode ser estendido até a 2 milhões de m³. Até 20 de julho, a RRPV estará recebendo as propostas dos oito grupos internacionais, interessados em se tornarem o EPC (engineering, procurement and construction) da planta. Os resultados serão divulgados em 20 de setembro.

A Fase 3 ainda depende de decisões de estratégia econômica da Petrobras e da PqU. "Essa última fase vai sair, só não posso precisar quando", disse Cesar Agra. Ele explicou que a Petrobras já anunciou à PqU a intenção de solicitar à

petroquímica mais matéria-prima no futuro, mas não indicou a data. Quando isso acontecer, a PqU vai necessitar de mais vapor para usar em seu processo produtivo, e o vapor deverá ser fornecido pela ampliação da térmica. De acordo com Agra, estão programados para essa fase mais 200 MW, que, pelas estimativas iniciais, devem ser instalados ao custo de US\$ 300 milhões.

.....

O artigo trata da venda de energia da RR a distribuidoras instaladas tanto dentro quanto fora de São Paulo. O artigo ainda faz referência às 3 fases do projeto que estão divididas da seguinte forma: Fase 1- Fornecimento de energia (17MW) à petroquímica, Fase2- Fornecimento de 350t/h de vapor à pressão de 114 BAR e Fase 3- a Pqu poderá necessitar de mais vapor, caso a Petrobrás solicite mais matéria-prima à petroquímica.

<http://www.brasilenergia.com.br/energia/oldbe/jul1999/78a.asp>

3. O PT E A GUERRA FISCAL

27/08/2001 - Liminar do STF prejudica parque industrial de Dourados

O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de liminar, favoreceu o Estado de São Paulo e prejudicou o Mato Grosso do Sul na atração de indústrias. A avaliação é do prefeito petista de Dourados, segunda cidade mais importante do MS, Laerte Tetila. "Dourados passa por um grande esforço para a implementação do seu parque industrial", disse Tetila, considerando que a cidade é a maior prejudicada pela liminar. A guerra fiscal travada entre os dois Estados ocorre devido à suspensão da Lei 1798 de 1997 do Programa de Incentivos Fiscais às Indústrias de MS, o Pró-Ação. De 1999 para cá o benefício fiscal já atraiu mais de 130 empresas para o MS, totalizando mais de 432 milhões de investimentos para o Estado, garantindo a geração de mais de 11 mil empregos diretos.

Segundo o prefeito petista, a guerra fiscal mostra que a política de Mato Grosso do Sul para a atração de indústrias tem funcionado, demonstrando que o Estado tornou-se referencial para o país, principalmente com a chegada do gasoduto Bolívia/Brasil. "Se a liminar do Supremo Tribunal Federal afeta o Mato Grosso do Sul, prejudica principalmente Dourados, que é a capital econômica do Estado", lembrou o prefeito Laerte Tetila nesta segunda-feira.

O prefeito disse também que está plenamente de acordo com o governador Zeca do PT em querer que a votação da nova Lei da Indústria, em tramitação na Assembléia Legislativa, seja acelerada, já que a liminar do STF é contrária à lei existente e impede que o MS dê qualquer tipo de incentivos para as empresas que se instalem no Estado. Além disso, o governo do Estado vai entrar com uma ação contra a política de tributação de ICMS da carne de São Paulo, já que lá não é cobrado alíquota sobre a carne comercializada.

Tetila disse que São Paulo não pode mais se comportar como um império fazendo dos demais Estados brasileiros colônias e províncias paulistas. "O Mato Grosso do Sul não está fadado a ser mero fornecedor de matéria-prima", completou o prefeito. Para ele, é preciso neste momento unir forças políticas para não deixar que o processo de industrialização seja privilégio do Estado de São Paulo. "Se o Estado paulista continuar com essa política, tendo o apoio principalmente do STF, ele continuará sendo a grande potência econômica do Brasil às custas do desemprego e da miséria dos outros estados brasileiros, principalmente dos estados vizinhos como o MS", explicou.

13/08/2001 - Snaf faz primeira reunião com governadores

"Já tivemos um seminário sobre planejamento em Brasília e contatos isolados com os governadores", disse o deputado federal Jorge Bittar (RJ), secretário nacional de Assuntos da Federação do PT (Snaf), sobre a importância da reunião de hoje com governadores e secretários de governos petistas no Diretório Nacional em São Paulo. "Queremos consolidar um projeto de governo petista para os Estados", disse ele. Bittar explicou que o tema da Reforma Tributária e da Segurança Pública foram abordados nesta reunião devido à apresentação das propostas do governo federal nos últimos dias. "O PT rejeita a Reforma Tributária apresentada porque está mais recuada do que o acordo feito anteriormente e existe uma unanimidade nacional de que o pacote para a Segurança Pública é pífio", sentenciou o dirigente petista.

Bittar lembrou que o acordo sobre a Reforma Tributária defendia a tributação no destino onde for vendido o produto, "o que combate a guerra fiscal". Esta seria uma das metas do PT numa reforma tributária, além de defender a progressividade de imposto, "para quem ganha mais", e o fim da cumulatividade.

Sobre as medidas do governo para as polícias, o dirigente considera "sem nenhuma seriedade, pois combate os efeitos e não as causas". "O pacote não toca na questão da política salarial, da jornada de trabalho, dos bicos que os policiais fazem". "O governo começa a admitir uma maior integração entre as polícias", afirma o petista. Para Bittar, todos saem ganhando com a integração. "Existe uma perda de dados por falta de uma integração inteligente entre a PM, com seu papel de repressão ostensiva e a polícia civil com um papel de mais judicial". O petista defende um comando único e também um currículo único de formação acadêmica para as polícias.

Bittar avalia que os governos petistas, em geral, remuneram acima da média aos policiais. "O Rio Grande do Sul dá um belo exemplo de regimento disciplinar moderno, democrático e menos arcaico", disse o petista referindo-se à disciplina tradicional que pune com severidade descuidos do policial e é complacente com tortura e corrupção. "Precisamos avançar numa maior integração entre as polícias e investir mais na polícia técnica", ponderou o dirigente.

10/04/01 16:22:37 - Combate à corrupção não é suficiente, diz Celso Daniel

"Desculpem, o combate à corrupção é muito pouco, na reconstrução do Estado 'por dentro', a partir da esfera local, para prestar serviços públicos de qualidade e baratos", afirmou o prefeito petista de Santo André (SP), Celso Daniel, durante o seminário "Socialismo e Democracia", ocorrido ontem no Diretório Nacional do PT, quando expôs sobre o tema "Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo". O petista considerou que o partido "não tem trabalhado" o conhecimento necessário para esta tarefa em suas experiências de gestão local.

A afirmação do prefeito é resultado da exposição de conceitos de vários autores, que explicariam a herança brasileira na formação de "dinâmicas contraditórias entre o sistema democrático e o modo de produção capitalista". Celso Daniel propõe "uma nova agenda local" com base no princípio da radicalização da democracia, com princípios socialistas. Para ele, o PT deve promover um "Estado local forte e democrático, regulação social dos mercados em nível local, compromisso de superação de arcos de aliança com todo um conjunto de setores dominantes, e a constituição de um fundo público compatível com as condições para o alargamento da esfera pública no nível local".

O prefeito da cidade do Grande ABC, chega a defender "contra a corrente da maior parte do pensamento no Brasil", a necessidade de uma carga tributária alta, que possa servir de suporte para um fundo público voltado ao social. "Sem isso, não há como fazer alargamento dos direitos em nosso país". Para ele, a Reforma Tributária deve ser reformulada para o fortalecimento das esferas locais e regionais. Uma luta que deve estar sempre presente nas gestões petistas, segundo o prefeito, é a inclusão de "atores políticos, econômicos e sociais dialogando sobre seus interesses na esfera pública". Neste sentido, Celso Daniel menciona o tema da "economia solidária", como a "vinculação do poder local com segmentos mais dinâmicos da economia, que mobiliza também o movimento sindical, como co-responsável por este projeto". O conceito de "blocos sociais territoriais", de inspiração *gramsciana*, é proposto pelo prefeito, em sua perspectiva de estabelecimento de novas relações entre movimento sindical e modos de produção, ênfase à economia solidária, estímulo a cooperativas ou mesmo pequenos empreendimentos e microcrédito. "É a busca da superação de um Estado providência por uma comunidade-providência, por meio da distribuição de recursos nacionais, com operação local", explica o petista, ressaltando que não se trata apenas do chamado 'terceiro setor de utilidade social', mas da 'garantia da prioridade do emprego'. Ainda falando sobre economia local, o prefeito defendeu um combate à guerra fiscal, na competição entre regiões, "a partir da promoção de um desenvolvimento endógeno".

Na opinião do prefeito paulista, as políticas de inclusão social petistas devem superar as políticas compensatórias, por meio da economia solidária, programas sociais e garantia dos "mínimos sociais", com ruptura da setorização das políticas públicas (educação, saúde, etc), inclusão plena do cidadão nas questões de gênero, segurança, educação, cultura e reinserção na economia. "Precisamos reconceituar as políticas sociais, naquilo que estabelecemos como 'inversão de prioridades', pois as políticas compensatórias também são preconizadas pelos neoliberais", sentencia o petista.

As propostas concretas de políticas públicas para o poder local, apresentadas por Celso Daniel ao final de sua exposição, procuraram relacionar desenvolvimento local e socialismo de forma a "prefigurar a referência socialista que queremos pôr em prática". O prefeito considera fundamental, a partir do poder local, "a construção prática das bases para um novo federalismo, como parte de outro projeto nacional". "Um projeto nacional que se contraponha, não apenas às idéias neoliberais, mas também à toda a herança de autoritarismo e dependência que temos no Brasil, além da herança de um poder administrativo combinado com clientelismo, muito sólida no Estado brasileiro".

Artigos retirados do site do PT www.pt.org.br